

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Neffertite Marques da Costa

AS RAÍZES IBÉRICAS DA DEVOÇÃO MARIANA NO CATOLICISMO POPULAR
NO BRASIL, NA ÓTICA DA DRAMATURGIA DE ARIANO SUASSUNA

ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

São Paulo

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Neffertite Marques da Costa

AS RAÍZES IBÉRICAS DA DEVOÇÃO MARIANA NO CATOLICISMO POPULAR
NO BRASIL, NA ÓTICA DA DRAMATURGIA DE ARIANO SUASSUNA

Trabalho apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciência da Religião, sob orientação do Prof. Dr. Ênio José da Costa Brito.

São Paulo

2017

À minha mãe na terra e minha mãe no céu.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Ênio José da Costa Brito, meu orientador no percurso desta pesquisa, por todo o apoio e pelas grandes contribuições para o trabalho.

Ao Prof. Dr. Waldecy Tenório de Lima por ter sido meu primeiro incentivador e a quem devo a ideia desta pesquisa, surgida em uma das aulas de Literatura e Religião, que compõem a formação do Especialista em Ciência da Religião.

Ao coordenador do curso, Prof. Dr. Eulálio Avelino Pereira Figueira, e a todos os professores do curso de Especialização em Ciência da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em especial aos professores Frank Usarski, José J. Queiroz, Wagner Lopes Sanchez, Monalisa Dibo, Andrea Gomes Bedin e Valeska Silveira, por todo o apoio e atenção que me deram.

À Academia Marial de Aparecida, localizada no Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, na figura da funcionária Liliani Benjamim, onde pude pesquisar livros que não encontrei em nenhuma outra biblioteca da cidade de São Paulo e que foram cruciais para chegar às raízes ibéricas da devoção mariana no Brasil.

Às amigas Ana Carine Silva, Luani Prado, Claudia Helena Alberti, Simone Costa e Alexandra Paz pelas vezes em que me ouviram falar do trabalho e à minha madrinha, Fatima Maria Souza, pela preocupação com as noites mal dormidas, pela vibração a cada final de semestre e por dividir este sonho comigo.

Resumo

Partindo de uma pesquisa bibliográfica de fundo histórico-religioso, o presente trabalho investigou o início da devoção mariana no Brasil, ao estabelecer um vínculo entre a produção teatral de Ariano Suassuna e as devoções marianas presentes no catolicismo popular do Nordeste brasileiro. O resgate da biografia do autor mostrou uma ligação de Ariano Suassuna com o sertão e, por consequência, deste com a Península Ibérica medieval. Em sua juventude, quando a paixão pelo teatro foi despertada, Suassuna percebeu a semelhança entre os universos espanhol e nordestino, passando à tentativa de recriar, por meio da dramaturgia, os folhetos do romanceiro popular nordestino, nomenclatura que o autor preferia ao uso do termo literatura de cordel, uma tradição trazida pelos portugueses e reelaborada pela cultura popular. Seu objetivo foi atingido de forma satisfatória, segundo o mesmo, na peça *Auto da Compadecida*, quando retratou a figura de Maria, ressaltando o imaginário religioso existente no Nordeste, com representações marianas implantadas no Brasil a partir do projeto colonizador de Portugal, que passou pela ação dos colonos e dos missionários de diferentes ordens religiosas, os quais trouxeram o culto a Maria em suas mais diversas invocações. Uma vez absorvidas pela cultura popular, essas representações foram transmitidas pela oralidade até serem transpostas para as páginas dos folhetos impressos. Desta forma, os dados levaram à conclusão das raízes ibéricas da devoção mariana no Brasil, verificadas a partir da ótica da dramaturgia de Ariano Suassuna.

Palavras-chave: Ariano Suassuna; devoção mariana; literatura de cordel.

Sumário

Introdução.....	08
Capítulo I	
As raízes ibéricas da devoção mariana no Brasil.....	11
Capítulo II	
Ariano Suassuna e a sua obra.....	25
Capítulo III	
A literatura de cordel, Ariano Suassuna e a religiosidade popular.....	37
Conclusão.....	51
Referências bibliográficas.....	54
Anexos.....	56

Lista de ilustrações

Anexo A – Mapa físico do Nordeste.....	57
Anexo B – Classificações propostas para a literatura de cordel.....	58

Introdução

Em 1999, a Rede Globo de Televisão apresentou uma adaptação da peça *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, escrita em 1955, realizada por Guel Arraes. A série foi dividida em quatro capítulos e adaptada para o cinema no ano seguinte. Quem assistiu a minissérie ou o filme, com certeza não esqueceu as falas e o jeito das personagens João Grilo, interpretada pelo ator Matheus Nachtergaele, e Chicó, com interpretação de Selton Mello, muito menos a renomada atriz Fernanda Montenegro como Nossa Senhora.

“*Só sei que foi assim*”, como diria Chicó, que a peça *Auto da Compadecida* ficou ainda mais conhecida no cenário nacional, embora já tivesse conquistado destaque desde que foi escrita. Em 1958, três anos depois de sua elaboração, Suassuna recebeu pela peça *Auto da Compadecida* a medalha de ouro da Associação Paulista de Críticos Teatrais e os prêmios Vânia Souto Carvalho e Samuel, conferidos pela Associação de Cronistas Teatrais de Pernambuco. A peça também foi traduzida para diversos idiomas, sendo publicada na Europa e nos Estados Unidos da América.

Além dos críticos de teatro, a peça *Auto da Compadecida* também chamou a atenção nos meios universitários, como é possível ver pela dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defendida por Fernando Lira Ximenes, em 2003, com o título *Ecos do riso: Os processos comunicativos do riso universal: “Auto da Compadecida”*, ou pelo estudo de Irenilde Pereira dos Santos, intitulado *A memória no discurso do Auto da Compadecida*, publicado no livro *Discurso e memória em Ariano Suassuna*, organizado por Micheletti Graraciaba e lançado em 2007 pela Editora Paulistana.

Aqui é possível perceber o estudo de elementos dos processos comunicativos presentes na peça *Auto da Compadecida*, como o riso e o discurso, mas a obra também já foi estudada do ponto de vista religioso com a dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defendida, em 2010, por Claudio Santana Pimentel, com o título *Humanização do divino, divinização do humano: Representações do imaginário religioso no teatro de Ariano Suassuna*.

Neste trabalho, o autor discutiu as representações de divindade no teatro de Ariano Suassuna, passando pela peça *Auto da Compadecida* e as personagens Cristo e Nossa Senhora. Embora a descrição do papel das referidas personagens e a interpretação apresentada pelo autor sejam completas, suficientes para o propósito do trabalho, a análise do culto à Maria, presente na ação e no discurso das personagens, seria fundamental para a compreensão da devoção mariana na religiosidade popular, chegando, inclusive, as suas raízes, como fez a

Profa. Dra. Maria de La Concepción Piñero Valverde, no artigo *Ecos del marianismo medieval ibérico em un Auto de Ariano Suassuna*, publicado, em 2013, na revista *International Studies on Law and Education*, parceria entre o Centro de Estudos Medievais – Oriente & Ocidente, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e o Instituto Jurídico Interdisciplinar, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Seguindo esta linha, o presente trabalho tem por objetivo evidenciar o vínculo entre a produção teatral de Ariano Suassuna e as devoções marianas presentes no catolicismo popular do Nordeste brasileiro, por meio da relação entre os folhetos nordestinos, também conhecidos como literatura de cordel, e a religiosidade popular, já que os mesmos formam um ciclo religioso na literatura de cordel, investigando, por fim, as raízes desse culto à Maria no Brasil.

A devoção mariana está tão enraizada em nossa cultura que Nilza Botelho Megale conseguiu identificar cento e doze invocações de Maria no Brasil, realizando um importante estudo a partir das informações conservadas e transmitidas pela tradição. O próprio *Catecismo da Igreja Católica*, organizado em parágrafos e temas para facilitar a atividade pastoral, dedicou vários parágrafos a Maria, demonstrando, teologicamente, porque ela é identificada como Virgem e Mãe de Deus, desde os primeiros séculos do Cristianismo, recebendo, ainda, os títulos de Advogada, Auxiliadora, Protetora e Medianeira.

Em seu estudo sobre o significado de Maria para a sociedade, Clodovis Boff retomou esses títulos, realizando uma análise histórica dos mesmos e discutindo a relação entre o fiel e o santo ou, no caso, Maria, definindo o conceito de devoção e, portanto, as razões das práticas devocionais para aqueles que a praticam. Os historiadores especialistas em Idade Média já apontavam a importância das devoções marianas no período, com a construção de catedrais e a realização de peregrinações, envolvendo tanto a nobreza quanto os servos, sobressaindo-se, nesta linha, os trabalhos do medievalista Jacques Le Goff.

Estes estudos podem ajudar a entender a leitura de Maria que fazem os pobres, os cangaceiros nordestinos, os burgueses e os clérigos, representados na peça de Suassuna pelas personagens João Grilo e Chicó, Severino, o Padeiro e o Bispo, o Padre e o Sacristão, os quais a reconhecem como a sua Senhora, que é a mesma interpretação, marcada por intensas práticas devocionais, que faz o povo nordestino, produtor e consumidor do romanceiro popular – reunião da música popular, do teatro popular e da literatura de cordel –, que serviu de inspiração para a obra de Ariano Suassuna, sobretudo por meio dos folhetos impressos, os quais foram estudados por Idallete Nuzart-Fonseca dos Santos e Mark Curran.

O enredo de *Auto da Compadecida* se desenrola no sertão nordestino, no qual Ariano Suassuna cresceu, carregando marcas que influenciaram profundamente a sua vida e a sua

obra. Maria Aparecida Lopes Nogueira fez uma interessante biografia do autor, mostrando a forma como a relação com a figura do pai e com o sertão produziu reflexos em sua obra, a mesma importância apontada por Cláudia Leitão, ao estudar o Movimento Armorial, iniciado por Suassuna, em 1974.

A partir deste quadro teórico, a hipótese do trabalho é que houve ao longo da Idade Média, período de formação da atual Europa Ocidental, a construção das representações de Maria no imaginário popular, pela ação da Igreja Católica, das ordens religiosas e dos reis, as quais foram apropriadas e ressignificadas pelo povo, aparecendo nas mais diversas esferas da cultura, chegando ao Brasil e fixando fortes raízes no Nordeste, muito em razão da história própria do sertão e seus habitantes, sendo contada, cantada, escrita e encenada pelos poetas populares, como veio mostrar a dramaturgia de Ariano Suassuna, sobretudo ao expressar essa devoção mariana na peça *Auto da Compadecida*.

Para tal, o primeiro capítulo abordará as raízes ibéricas da devoção mariana no Brasil, iniciada em Portugal com a declaração do país como Terra de Santa Maria, no século XII, e a chegada do culto à Maria no país, por meio de diferentes invocações, trazidas pelos navegadores, pelos colonos e pelos missionários das ordens religiosas, o que responderá a questão sobre a forma como essas devoções à figura de Maria tiveram início no Brasil.

Já o segundo capítulo apresentará dados da vida e da obra de Ariano Suassuna, a fim de mostrar de que forma a obra do autor dialoga com essa tradição religiosa e, por essa razão, foi utilizada como referência para este trabalho. Por fim, o terceiro capítulo irá discutir a relação entre Suassuna e a religiosidade popular, por meio da peça *Auto da Compadecida*, que teve a influência direta dos folhetos nordestinos, no intuito de evidenciar como as devoções marianas, uma das expressões da religiosidade popular, estão presentes no romanceiro popular nordestino, nomenclatura utilizada por Suassuna.

Capítulo I - As raízes ibéricas da devoção mariana no Brasil

Em 16 de julho de 1930, o papa Pio XI proclamou Nossa Senhora da Conceição Aparecida como Padroeira do Brasil, culto que foi oficializado no país, em 30 de junho de 1980, pela Lei nº 6.802, com a declaração do dia 12 de outubro como feriado nacional dedicado à devoção. Com isso, as autoridades civis e eclesiásticas reconheceram o culto mariano já existente no país e manifestado por diversas práticas devocionais de origem, sobretudo, popular.

Anteriormente, a imagem de Nossa Senhora Aparecida já havia sido coroada como Rainha do Brasil, em 1904, por decreto do papa Pio X, passando a utilizar a coroa de ouro cravejada de diamantes e rubis e o manto azul ofertado, em 1888, pela princesa Isabel como pagamento de uma promessa. Há o registro da visita da família real à imagem de Nossa Senhora Aparecida em outras oportunidades, assim como a de inúmeros peregrinos que se dirigiam aos pés da imagem para fazerem seus pedidos e agradecerem as graças que reconheciam terem recebido.

Essa religiosidade está presente no Brasil há muito tempo, remontando ao período colonial, em que a *terra brasilis*, inicialmente Ilha de Vera Cruz, foi anexada à Portugal, a Terra de Santa Maria, já que Maria de Nazaré era a verdadeira rainha de Portugal, conforme o ritual de coroação iniciado em 1646, e, por extensão, rainha das colônias portuguesas, inclusive na América. As raízes ibéricas da devoção mariana no Brasil é o objeto deste capítulo, que irá discutir a relação entre os reis e a Igreja Católica na Idade Média, a oficialização do culto mariano em Portugal e a implantação da devoção mariana no Brasil.

Na Idade Média, com a consolidação da Igreja Romana e a formação da cristandade europeia, os dois maiores centros de peregrinação cristã eram Jerusalém e Roma, os quais, com o início da recuperação da Península Ibérica das mãos dos muçulmanos, pelo movimento denominado pela historiografia como Reconquista, ganharam a concorrência da peregrinação a Santiago de Compostela, favorecida pela Ordem de Cluny, a maior ordem religiosa do período, contando ainda com o incentivo do *Guia do peregrino de Santiago*, composto entre 1130 e 1140.

Um acontecimento essencial ocorre no começo do século IX. Descobre-se, na Galícia, em Compostela, no lugar chamado de Campo da Estrela (*Campus Stellae*), no terreno de uma antiga necrópole visigoda, sob o efeito de luzes e de aparições extraordinárias, o túmulo do apóstolo São Tiago, que aí teria encalhado num barco após o seu martírio. Depois de sua descoberta, pelo ano 820-830, essa tumba,

sobre a qual se ergueram santuários cada vez mais suntuosos, tornou-se pouco a pouco centro de peregrinação. A partir do século XII tornou-se o *terceiro grande centro de peregrinação da cristandade*, com Jerusalém e Roma, ainda que recentemente se pretendesse que o período do imenso sucesso da peregrinação não foi a Idade Média, mas a época moderna. À medida que havia lutas contra os muçulmanos, São Tiago apareceu como o apoio dos cristãos nas batalhas e recebeu o nome de Matamouros, quer dizer, o matador de mouros. E a promoção de São Tiago de Compostela confirma a importância das periferias para a construção da Europa. (LE GOFF, 2007, p. 73, 74).

Jacques Le Goff, um dos maiores medievalistas franceses, publicou uma série de trabalhos sobre a construção da Europa na Idade Média, considerando, fortemente, os aspectos religiosos predominantes no período, como a condenação da usura pela Igreja Católica, o surgimento da ideia de purgatório, a Reforma Gregoriana¹, o impacto de São Francisco de Assis e as ordens mendicantes, as peregrinações, a forte presença da devoção mariana, a partir do século XI, e os impactos que tudo isso causou na cultura e na mentalidade dos europeus².

A história particular da Península Ibérica, com a formação dos reinos de Portugal e Espanha em meio à luta para a expulsão dos muçulmanos do continente europeu³, é crucial para a Cristandade – “*a importância das periferias para a construção da Europa*”, conforme a citação – em função da experiência de uma Cruzada não apenas na chamada Terra Santa, mas dentro do território europeu.

O início da devoção a São Tiago de Compostela deu ânimo aos cristãos da Península Ibérica para resistir ao saque de Barcelona, em 985, e de Santiago de Compostela, em 997, comandada por Al Mansur, assim como para organizar a expulsão dos muçulmanos da Europa. Em alguma medida, serviu de exemplo para o empreendimento dos cruzados na Terra Santa, iniciado em 1095, com a exortação do papa Urbano II, aos nobres franceses, para a conquista cristã de Jerusalém.

¹ Nome que recebe as reformas iniciadas no papado de Leão IX, entre 1049 e 1054, e que seguiram no papado de Gregório VII, entre 1073 e 1085. Para mais informações a respeito, consultar: PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo, 2010; RUST, Leandro Duarte. *A reforma papal (1050-1150): Trajetórias e críticas de uma história*. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2013.

² LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: Economia e religião na Idade Média*. Tradução de Rogério Silveira Muoio. São Paulo: Brasiliense, 2007; LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993; LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2001; LE GOFF, Jacques. *O homem medieval*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1989.

³ Acerca desse processo histórico ocorrido na Península Ibérica, ver: Kepel, Gilles. *A revanche de Deus: Cristãos, judeus e muçulmanos na reconquista do mundo*. Tradução de J. E. Smith Caldas. São Paulo: Siciliano, 1992.

Como ficou perceptível no início do movimento das Cruzadas, houve uma forte ligação entre os reis franceses e a Igreja Católica, tanto do ponto de vista político, como devocional. Boff (2006) ressaltou a construção de grandes catedrais dedicadas à Maria nas cidades francesas de Paris, Chartres, Reims, Poitiers, Laon e Amiens, além dos santuários de Nossa Senhora de Rocamadour, no local de mesmo nome, e de Nossa Senhora dos Ardentes, em Arras.

O sucesso máximo, no século XII, da peregrinação de Rocamadour, na diocese de Cahors, é um bom exemplo do crescimento das peregrinações marianas. Num lugar impressionante, no cume de uma falésia rochosa que dominava de 120 metros o fundo de um vale estreito onde se chegava, no século XIII, por uma escada de 197 degraus, que os peregrinos subiam de joelhos recitando o rosário, essa peregrinação deve seu sucesso ao rei da Inglaterra Henrique II Plantageneta, que esteve aí duas vezes em 1159 e 1170 e ao compêndio dos milagres da Virgem redigido em 1172. Foi uma peregrinação real freqüentada particularmente pelos reis da França. Luís IX (São Luís) foi aí com sua mãe Branca de Castela, seus irmãos Afonso de Poitiers, Roberto d'Artois e Carlos de Anjou em 1244, Filipe IV o Belo em 1303, Carlos IV o Belo e a Rainha Maria de Luxemburgo em 1323, Filipe VI em 1336 e Luís XI em 1443 e 1464. Mas atraiu também a piedade dos reis de Castela, em particular de Afonso VIII, pai de Branca de Castela, e de sua esposa Alienor da Inglaterra, filha do rei da Inglaterra Henrique II Plantageneta, que fizeram doação em 1181 à Bem-aventurada Maria de Rocamadour de duas aldeias perto de Burgos. Mas desde o século XII afluíam a Rocamadour peregrinos vindos da Europa inteira, até dos países bálticos. (LE GOFF, 2007, p. 100).

O sucesso da peregrinação a Rocamadour, na França, se deveu a influência dos reis, mas não era apenas uma questão de interesses políticos, mas devocional. Ainda segundo Boff, *“o regente Luís XI (†1483) era extremamente devoto de Nossa Senhora, tendo feito não menos de 30 peregrinações a diferentes santuários marianos. Partindo em guerra contra os invasores, levava sobre o estandarte branco a figura de Nossa Senhora da Anunciação. Toda noite fazia os soldados cantarem a ‘Salve Rainha’”* (Boff, 2006, p. 183).

Da mesma forma que aconteceu no Brasil com o príncipe-regente D. Pedro I visitando a imagem de Nossa Senhora Aparecida, em 1822, e a princesa Isabel, em 1868 e 1888, essa prática devocional ocorreu, desde a Idade Média, com diferentes reis europeus, os quais realizaram peregrinações aos santuários marianos, que, segundo Le Goff (2007), também foram construídos em outros pontos da Europa, criando centros de peregrinação a partir do século XI: Nossa Senhora de Montserrat na Espanha, Nossa Senhora de Hal na Bélgica e Nossa Senhora de Walsingham na Inglaterra.

A monarquia capetíngia soube tirar partido de trunfos importantes. O primeiro foi a sagração do rei em Reims no começo de seu reinado que lembrava o caráter excepcional da monarquia franca batizada em Reims na pessoa de Clóvis por um óleo milagroso trazido do Céu pela pomba do Espírito Santo e que se transformou em óleo de sagração. Os Capetos souberam também captar uma parte do prestígio crescente da Virgem. A flor-de-lis simbólica e a cor azul, que se tornou a cor do manto real, tinham sido tomadas pelos reis da França da Virgem Maria, cujo culto tomara um impulso extraordinário entre os séculos XI e XIII. Desde Roberto o Piedoso (996-1031), a flor-de-lis figura no selo real. De maneira geral, enquanto, por exemplo, os reis da Inglaterra se alienaram da Igreja pelo assassinato do arcebispo de Cantuária, Tomás Becket (1170), a aliança entre a Igreja e a realeza, a aliança entre o trono e o altar, foi a base constante da estabilidade política na França. (LE GOFF, 2007, p. 108).

O rei francês Luís IX (1214-1270)⁴ ganhou fama de santidade ainda durante a sua vida, sendo rapidamente canonizado, em 1297, pelo papa Bonifácio VIII, após morrer em uma Cruzada. O seu culto foi trazido ao Brasil pelos franciscanos, que, durante a vida do rei, o influenciaram fortemente, sendo que ele também foi próximo dos dominicanos. A cidade de São Luís, em Maranhão, recebeu o seu nome em homenagem a ele.

Mas Luís IX não foi o único rei declarado santo pela Igreja Católica. Isabel de França (1225-1270), a sua irmã mais nova, dedicada à ordem franciscana, sobretudo com a fundação da Abadia de Longchamp, permaneceu virgem, apesar da pressão pelo casamento, e, após a sua morte, teve o seu culto autorizado pelo papa Leão X, em 1521.

Essa relação entre a Casa Real e a Igreja não ocorreu somente na França, pois há um número significativo de monarcas de toda a Europa declarados santos pela Igreja Católica. Fernando III de Leão e Castela (1201-1252), São Fernando, por exemplo, foi canonizado, em 1671, pelo papa Clemente X. Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela receberam o título de Reis Católicos, atribuído pelo papa Alexandre VI, em 1496, o qual foi transferido a todos os reis espanhóis até a atualidade. Ainda na Península Ibérica, é possível destacar o caso de Portugal:

Segundo a tradição, D. Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal, nasceu aleijado das pernas, de tal sorte que nunca seria um homem normal. Educava-o seu fiel aio Egas Moniz, na esperança de que um milagre o curasse. Tinha já o menino cinco anos quando, certa noite, Nossa Senhora apareceu a Egas Moniz e lhe disse: “*Dom Egas Moniz,*

⁴ Para mais informações sobre a vida de Luís IX e a construção da imagem de santo rei, ver: LE GOFF, Jacques. *São Luís: Biografia*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 1999. Acerca da relação entre a política e a religião na figura dos reis da Idade Média, ver: BLOCH, MARC. *Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra*. Tradução de Julia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

dormes? – Senhora, disse ele, e quem sois vós? E ela disse: – Eu sou a Virgem que mando que vás a tal lugar... [e indicou precisamente o local]. Cava naquele lugar e acharas uma igreja que em outro tempo foi começada em meu nome, e uma imagem minha, e correge a imagem minha que é feita em meu nome e à minha honra. E, como isto for feito, farás aí vigília e porão o menino sobre o altar, e sabe que será são e guarido [curado], e faze-o bem em guardar, que o meu Filho quer por ele destruir os inimigos da fé. (SANTOS, 1996, p. 20).

A tradição também registra a realização do milagre e no lugar o próprio D. Afonso Henriques construiu o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere, declarando, ainda, Portugal como Terra de Santa Maria e assumiu o compromisso de vassalagem à Santa Maria de Claraval, enviando uma quantia anual ao Abade de Claraval. Além disso, fez o compromisso de vassalagem à Santa Sé, no ano de 1142, oferecendo Portugal a São Pedro e à Igreja Romana, com a adoção do título pessoal de Soldado do Bem-Aventurado Pedro.

Ao longo de toda a primeira Dinastia [de Borgonha], muitos foram as devoções a Nossa Senhora que se estabeleceram, algumas delas relacionadas com a Cruzada, sob cujo signo nascera a nova nação; outras, relacionadas com algum milagre alcançado em favor do povo fiel pela Virgem Santíssima; ou ainda, eram imagens antigas, dos tempos dos visigodos ou dos mouros, as quais, encontradas por pastores, passavam a receber veneração. São tantas as invocações dessa época que seria impossível recordar todas. Apenas para mencionar algumas das principais, lembremos: Santa Maria dos Mártires, em Lisboa, e mais tarde em Silves e em Castro Marim; Santa Maria de Alcobaça; Santa Maria do Castelo, em Tavira; Santa Maria do Açor, em Celorico da Beira; Santa Maria da Escada (ou da Purificação), em Lisboa; Santa Maria do Milagre da Cera, em Évora; Nossa Senhora de Nazaré; Santa Maria de Oliveira, em Guimarães. (SANTOS, 1996, p. 29).

Pela obra de Armando Alexandre dos Santos, numa co-edição luso-brasileira, identifica-se a forte devoção mariana em Portugal e a relação do país com a Igreja Católica. Embora se evidencie um culto de certa forma implantado pelo rei, de cima para baixo, percebe-se a adesão popular à devoção, que se multiplica em função das diferentes invocações, relacionadas ao encontro de uma imagem em determinado lugar ou à realização de um milagre reconhecido pelo povo.

Segundo Boff (2006), a piedade popular, a religiosidade popular ou a religião popular, designações que tem o mesmo significado, só se diferenciando pelo sentido teológico, no primeiro caso, ou sociológico do termo, é popular por ser a religião das classes populares; por pertencer a um grande número de fiéis – a massa –, independente da classe social, da localização geográfica e da constância das práticas religiosas, marcando, sobretudo,

a religiosidade daqueles que estão mais afastados da ação da igreja; e, justamente, por não ser oficial, o que a caracteriza pela espontaneidade do povo, que não precisa de explicações teológicas para as suas práticas, agindo de forma fortemente emocional.

A relação do “devoto” com seu santo, especialmente com a Virgem, possui uma carga fortemente afetiva. Particularmente para o caso do Brasil, Gilberto Freyre pôs em relevo a grande familiaridade que os membros da “casa grande e senzala” tinham em relação a Jesus, à Virgem e aos santos em geral. Quando hoje alguém do povo diz que “põe muita fé” em tal ou tal santo é porque tem para com ele uma *fides fiducialis* singular e intensa.

Em relação à Maria Santíssima, a piedade do povo católico é verdadeiramente “visceral” ou “entranhada”. Os devotos tratam Maria com extremo carinho. Falam em termos de “Mãe querida” e mesmo de “Mãezinha do céu”. Outros modos de falar, que denotam intimidade, são o uso do diminutivo (Santinha etc.), especialmente no mundo hispano-americano (*Virgencita, Niña, Morenita, Negrita, Chinita* etc.). O mesmo vale para o uso do pronome “minha”, particularmente no âmbito brasileiro (Minha Santa, Minha Mãezinha e o curioso Minha Nossa Senhora). (BOFF, 2006, p. 554).

Se essa forma de se relacionar com Maria de Nazaré, tanto no Brasil, quanto na América Espanhola, pode ser uma herança cultural, resultado da presença ibérica na colonização de grande parte do continente americano, não é possível esquecer também as raízes ibéricas no principal culto mariano no Brasil: Nossa Senhora Aparecida. A devoção à Nossa Senhora Aparecida se remete a devoção à Nossa Senhora da Conceição, já que a imagem encontrada pelos pescadores, em Guaratinguetá, em 1717, era da Imaculada Conceição.

No Brasil a imagem da Virgem da Conceição chegou em uma das naus de Pedro Álvares Cabral. Ela representa Maria Santíssima de pé sobre o globo terrestre, tendo as mãos unidas em oração e os olhos voltados para o céu, esmagando com seus pés uma cobra, símbolo do pecado original. Os frades franciscanos foram os propagadores desta devoção que se espalhou de norte a sul, pois existem cerca de 375 paróquias a ela dedicadas. Em todas as localidades por onde passaram os filhos de S. Francisco foram construídos templos sob o orago de Nossa Senhora da Conceição, sendo Ela a padroeira de vários Estados brasileiros. (...) Após ter sido protetora de nosso país no período colonial, a Senhora da Conceição foi proclamada por D. Pedro I, ilustre descendente da dinastia de Bragança, Padroeira do Império Brasileiro. Com o advento da República e já no despontar do século XX, Ela cedeu o seu lugar a Nossa Senhora Aparecida, atual Rainha e Padroeira do Brasil, que é uma antiga imagem da Imaculada Conceição encontrada nas águas do rio Paraíba do Sul. (MEGALE, 1986, p. 111, 114-115).

Santos (1996), percebendo a importância em Portugal da devoção à Imaculada Conceição, ou Nossa Senhora da Conceição, procurou a origem da devoção em livros portugueses e em documentos localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e nos Arquivos do Paço Ducal de Vila Viçosa, encontrando uma tradição que afirma que a festividade litúrgica aconteceu pela primeira vez em 08 de dezembro de 1147, após a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, a qual se encontrava na posse dos mouros, depois de um cerco de cinco meses, vencido com o apoio dos cruzados vindos da Inglaterra, da Alemanha e de outros reinos nórdicos.

O primeiro bispo de Lisboa foi o inglês D. Gilberto de Hastings, que ficou no comando da Diocese entre 1147 e 1166, introduzindo em Lisboa o calendário de Salisbury, no qual, ao que tudo indica, já havia a festa da Conceição de Maria, aprovada, em 1129, pelos bispos ingleses reunidos em Londres. O culto a Imaculada Conceição permaneceu durante a formação do Reino de Portugal, em 1139, e o reconhecimento de sua independência, em 1143.

Em Portugal, Nossa Senhora da Conceição possuía grande número de devotos quando seu culto foi oficializado por D. João IV, primeiro rei da dinastia de Bragança, que fora aclamado a 1º de dezembro de 1640, data em que se iniciava a oitava da festa da Imaculada Conceição. Seis anos depois, com a aprovação das Cortes de Lisboa, ele dedicou à Virgem Imaculada o reino português. Em todo o território lusitano, assim como em suas colônias, a festa da Conceição de Maria tornou-se oficial e obrigatória, tendo sido cunhadas, em seu nome, moedas de ouro de 12 mil réis e outras de prata no valor de 450 réis. O solar da Santa Padroeira é Vila Viçosa, que deu seu nome a uma ordem honorífica instituída por D. João VI em 1818, com a denominação de Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. (MEGALE, 1986, p. 111).

Dessa forma, o culto a Nossa Senhora da Conceição esteve presente desde o início da história portuguesa, quando D. Afonso Henriques proclamou, ainda, o país como Terra de Santa Maria. Em 1385, o rei D. Fernando I faleceu sem deixar herdeiro masculino direto, gerando uma crise política, ao despertar o interesse do Reino de Castela pela coroa portuguesa. A população ficou ao lado do Mestre de Avis, D. João, filho ilegítimo de D. Pedro I e, portanto, meio-irmão do rei falecido. Houve uma guerra entre Portugal e Castela e novamente apareceu a figura de Maria de Nazaré na história portuguesa:

Foi na véspera da Assunção que se travou a batalha de Aljubarrota. Todo o país se encontrava em armas ao lado do Mestre de Avis D. João I, para enfrentar o poderoso exército inimigo que já havia

atravessado a fronteira. Apesar da superioridade das forças adversárias, os portugueses não desanimaram, pois confiavam firmemente na proteção da Virgem Maria, cuja festa seria celebrada no dia seguinte. Momentos antes da peleja, D. João pediu auxílio à Mãe de Deus e prometeu construir um grande templo em sua honra, se os lusitanos saíssem vencedores.

Não tardaram os castelhanos a arremeter com fúria sobre a vanguarda lusitana, que ia cedendo, quando o Mestre de Avis, para evitar o perigo iminente, corre adiante das tropas animando os soldados com o grito de guerra – «S. Jorge! Portugal! S. Jorge! Portugal!». A coragem renasceu entre os guerreiros e pouco depois, quase por um milagre, os inimigos recuaram, fugindo desordenadamente.

Enquanto estes fatos aconteciam no campo de batalha, a população de Lisboa, ameaçada pela esquadra inimiga, que fundeara no Tejo, percorria as diversas igrejas fazendo preces públicas a Maria Santíssima. Subitamente, não se sabe como, correu a notícia da vitória dos portugueses, no mesmo instante em que os soldados de Castela se retiravam de Aljubarrota. O povo afirmava que o arauto da auspiciosa informação era um jovem vestido de capa vermelha, que, segundo a crença popular, era o próprio S. Jorge. A população passou a noite em intensa expectativa e somente no dia seguinte chegou a Lisboa o mensageiro oficial do rei anunciando a vitória. Naquele momento a multidão já lotava os templos para a solenidade litúrgica entoando hinos à Mãe de Deus.

A fim de agradecer a Nossa Senhora a salvação de Portugal, D. João I ordenou que todas as catedrais do reino fossem dedicadas à Senhora da Assunção e mandou construir o famoso convento da Batalha em cumprimento ao voto feito na memorável manhã de 14 de agosto de 1385. (MEGALE, 1986, p. 45, 46).

Assim, Nossa Senhora da Assunção ou Nossa Senhora da Glória passou a ser celebrada com grande pompa em Portugal e em todas as suas colônias. Segundo Nilza Botelho Megale, que fez o levantamento da história, folclore e iconografia de cento e doze invocações marianas no Brasil, a festa de Nossa Senhora da Glória é uma das mais antigas e tradicionais do Rio de Janeiro, tendo sido construída, em 1503, em Porto Seguro, a primeira igreja dedicada a essa devoção no Brasil. A cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, tem Nossa Senhora da Assunção como Padroeira.

A primazia do culto de Nossa Senhora na formação da nacionalidade portuguesa fez com que grande parte das invocações da Virgem Santíssima fossem festejadas no dia 15 de agosto. Durante os oitocentos anos de história lusitana, a Mãe de Deus foi carinhosamente homenageada pelo povo, que levou a sua devoção através dos oceanos desconhecidos, implantando um entranhado amor a Maria em todas as nações de língua portuguesa, principalmente no Brasil, atualmente o maior país católico do mundo. (MEGALE, 1986, p. 47).

O culto mariano esteve presente nos grandes momentos da história política portuguesa, mas também esteve presente no coração do povo, demonstrada por inúmeras práticas devocionais, as quais se transferiram para o Brasil durante a colonização, como o terço e a ladainha de Nossa Senhora, sendo rezas quase obrigatórias nas casas e famílias, com a participação dos escravos, no caso do Brasil colonial, o que pode ter levado muitos deles à devoção à Nossa Senhora do Rosário.

Devoções há muitas, algumas de profundo teor teológico: o terço, a ladainha de Nossa Senhora, rezas que eram quase obrigatórias nas casas e famílias, com a presença dos escravos (e muitas vezes era um preto velho quem “tirava” as orações).

Com a urbanização tais devoções eram rezadas ou cantadas nas esquinas das cidades, onde era comum haver uma imagem de Maria. Para desespero de alguns estrangeiros protestantes, que achavam intolerável a cantoria dos escravos.

Havia também as grandes festas marianas: a do Rosário, em geral patrocinada pela Irmandade do Rosário dos Homens Pretos; a da Conceição, em Salvador. E muitas outras.

Alguns santuários já atraíam peregrinos como o da Serra da Piedade, da Penha (São Paulo, Rio de Janeiro, Vila Velha), da Aparecida.

São muitas as devoções particulares: trazer o terço pendurado ao pescoço, colar atrás da porta da cozinha a oração da Estrela do Céu, usar o escapulário do Carmo.

Alguns títulos marianos prestaram-se ao sincretismo afro-brasileiro, como Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora das Candeias.

Há títulos ligados a uma proteção especial: Nossa Senhora das Brotas, padroeira dos agricultores e dos criadores de gado; Nossa Senhora do Desterro, dos Navegantes, protegem os que empreendem viagens perigosas; Nossa Senhora do Parto, do Bom Sucesso, da Natividade, ajudam no parto; Nossa Senhora do Parto, do Bom Sucesso, da Natividade, ajudam no parto; Nossa Senhora do Bom Despacho, da Boa Hora, da Boa Morte, garantem morte na graça de Deus; Nossa Senhora do Carmo e do Rosário garantem rápida passagem pelo purgatório.

Os escravos veneravam de modo especial Nossa Senhora do Rosário, e a menos conhecida Nossa Senhora de Lampadosa (de Lampedusa, ilha entre Malta e África).

Há títulos que são mais antigos: Nossa Senhora do Ó, do Monte, da Luz, da Graça, da Escada.

Algunas devoções entraram no Brasil durante os sessenta anos de união política de Portugal com a Espanha (1580 a 1640): Nossa Senhora do Pilar, da Cabeça, de Monserrat, da Penha.

Algunas devoções eram as preferidas de alguma Ordem religiosa: os jesuítas propagavam Ajuda, Fé, Luz, Natividade, candelária; e é conhecida a devoção de Anchieta à Imaculada Conceição, a quem dedicou seu poema. Os franciscanos preferiam Conceição, dos Anjos, das Neves; os Agostinianos, Consolação, Correia, Bom Despacho. (HAUCK *Apud* CALIMAN, 1989, p. 75, 76).

Como é possível perceber, são diversos títulos atribuídos à Maria, desde aqueles com fundo teológico até os que nasceram como resultado de aparições, sobretudo de imagens que retornam a um determinado lugar, tendo histórias de fundo popular, folclórico. As práticas devocionais, marcadas pelo fervor religioso e profundas demonstrações públicas de fé, também foram apontadas, identificando-se, ainda, uma maior presença desta religiosidade no campo, enquanto a cidade foi se tornando território do Protestantismo.

Da mesma forma como ocorria em Portugal, a vitória dos colonos na permanência e consolidação de sua presença no território colonial foi marcada pelas devoções marianas, já que estes reconheciam aparições de Maria em meio às batalhas, seguida por algum tipo de dedicação às aparições milagrosas, como na luta contra os holandeses, que ocuparam diversas regiões no Nordeste brasileiro durante a União Ibérica:

Desde 1630 parecia solidamente implantado o domínio holandês no Nordeste brasileiro, controlando os batavos extensas áreas dos atuais estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Em 1645 levantara-se em armas Pernambuco, sob o comando de André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Antonio Dias Cardoso, do negro Henrique Dias e do índio potiguar D. Antonio Filipe Camarão. Mais tarde teve também participação destacada o general luso-peruano Francisco Barreto de Menezes, enviado pelo monarca português para comandar a cruzada libertadora. Após longa e encarniçada guerra, na qual a proteção de Maria Santíssima foi palpável – mais que isso, foi visível – especialmente na Batalha dos Tabocas (1645) e nas duas batalhas dos Montes Guararapes (1648 e 1649), afinal foram expulsos, em 1654, os últimos holandeses. Ainda hoje, sobre o local em que se travaram as duas decisivas batalhas dos Guararapes, ergue-se a histórica igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, graças a cuja intercessão – e até mesmo, segundo venerável tradição, graças a cuja aparição milagrosa – os lusos-brasileiros católicos alcançaram a vitória. (AZEVEDO, 2001, p. 116, 117).

Entre 1580 e 1640, ocorreu a União Ibérica, período em que Portugal esteve sob o domínio filipino, do ramo espanhol da Casa Real de Habsburgo, em função da morte de D. Sebastião, em 1578, seguida pela morte do seu tio, D. Henrique I, a qual chegou ao fim com a aclamação de D. João IV, da Dinastia de Bragança, como rei, ao que se seguiu a guerra contra a Espanha, entre 1640 e 1668. Seis anos após subir ao poder, D. João IV consagrou Portugal a Nossa Senhora da Conceição, tornando-a padroeira do país e lhe entregando a coroa do reino português.

A consagração de 1646 marcou profundamente a História de Portugal e, como não podia deixar de ser, também a brasileira. Desde então, nunca mais os reis portugueses puseram a coroa na cabeça, porque sempre se entendeu que a legítima Soberana de Portugal e seus domínios era Nossa Senhora. A tradição acabou por consagrar o já antigo uso de não serem coroados mas apenas aclamados os reis, e de no ato da aclamação figurar sempre a coroa sobre uma almofada, ao lado do monarca, significando que este era tão-só lugar-tenente e representante da verdadeira Rainha, que era a Padroeira. (SANTOS, 1996, p. 7).

O culto a Nossa Senhora da Conceição e a Nossa Senhora da Glória fizeram parte da história de Portugal. D. Afonso Henriques, na formação do reino português, proclamou Portugal como Terra de Santa Maria e D. João IV terminou por consagrar o país à Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, proclamando-a Padroeira de Portugal, em 25 de março de 1646. Enquanto os portugueses tinham as duas devoções principais, os espanhóis chegaram para a colonização da América com Nossa Senhora Conquistadora.

Já os espanhóis contavam com a proteção de Maria como sua conquistadora [Nossa Senhora Conquistadora]. Cristóvão Colombo mandou pintar em seu estandarte as imagens de Jesus e de Maria; deu o nome de Conceição à segunda ilha que descobriu; e a primeira capela que construiu foi dedicada a Jesus e a Maria.

Fernando Cortéz usava ao pescoço uma corrente de ouro com a imagem da Virgem Santa Maria, e considerava a Virgem como sua protetora. Num encontro com os nativos em um templo asteca ordenou-lhes Cortéz que tirassem os ídolos que os levariam ao inferno, e os substituíssem por uma cruz e uma imagem de Nossa Senhora que lhes deu. Os índios ficaram com medo de serem castigados pelos deuses e pediram aos invasores que os tirassem. “Cortéz mandou despedaçá-los e jogar fora; fez construir um altar, sobre o qual colocou a imagem de Maria”.

(...) Pedro Álvares Cabral trouxe consigo uma Nossa Senhora da Boa Esperança. A primeira capela foi construída no Brasil em 1503, com o título de Nossa Senhora da Glória; Tomé de Sousa, cuja nau capitânea era consagrada a Nossa Senhora da Ajuda, trouxe a sua imagem. Também a Nossa Senhora da Ajuda foi consagrada a segunda fundação dos jesuítas no Brasil, em Porto Seguro; a construção da capela é ligada a uma água que jorrou milagrosamente.

Os bandeirantes levavam por toda parte imagens de Maria, conforme a devoção especial dos portugueses, então ligados a decretos reais: a Assunção (Nossa Senhora da Glória) e a Imaculada Conceição. (HAUCK *Apud* CALIMAN, 1989, p. 72, 73).

A ação dos colonizadores na implantação do culto a Maria se fez notar desde o início da história do Brasil, com Tomé de Sousa, Brás Cubas e os colonos em geral, por um lado; e o padre José de Anchieta e as ordens religiosas responsáveis pela catequização, de outro lado,

notadamente os franciscanos, citados em outros momentos, e os jesuítas. Megale (1986) apontou que os ritos devocionais a Maria estavam presentes nas partidas das embarcações dos portos portugueses, o que não fazia parte apenas da religiosidade portuguesa, mas das tradições religiosas da Península Ibérica como um todo.

No início do século XV, o infante D. Henrique, fundador da Escola de Sagres e grande incentivador das navegações portuguesas, mandou construir na praia do Restelo, em Lisboa, uma igreja dedicada àquela invocação [de Nossa Senhora de Belém]. Dizia ele que, assim como a estrela de Belém guiou os Reis Magos até a manjedoura onde se achava o Menino Deus, assim também a Senhora de Belém ajudaria a encontrar novas terras e o caminho para as Índias.

Foi ali, na pequena ermida do restelo, que Vasco da Gama, antes de seguir à procura das Índias em 1497, passou a noite em oração e assistiu à Santa Missa. O Gama conseguiu êxito completo em sua arriscada travessia marítima, chegando são e salvo à lendária Calicut, onde foi bem recebido pelo Samorim. Em agradecimento à proteção da Soberana dos Mares, el-rei D. Manuel I transformou a humilde capela de Santa Maria de Belém no suntuoso mosteiro conhecido atualmente como «Os Jerônimos», uma das obras-primas da arquitetura manuelina.

Desde então as grandes expedições marítimas eram precedidas de solene cerimônia religiosa na magnífica igreja da Protetora dos navegantes. Pedro Álvares Cabral, antes de iniciar sua viagem de descobrimento, ali assistiu à Santa Missa e seguiu com o rei em procissão até o cais, onde a frota, pronta pra zarpar, saudou com entusiasmo seu soberano e seu comandante. (MEGALE, 1986, p. 51, 52).

Não fica claro se as devoções marianas se cristalizaram em função dos decretos reais ou se os reis, tanto em Portugal quanto no restante da Europa, se aproveitaram da devoção popular para fortalecerem o seu poder junto ao povo. O mais provável é que as duas coisas aconteceram simultaneamente, formando uma “mariologia política”, conforme apontou Boff, com a submissão dos cristãos a sua Senhora, Rainha do Céu e da Terra, também proclamada Rainha de Portugal. Desde o início do poder dos francos, quando houve uma aliança entre o Rei e a Igreja Católica, avançando pela Idade Média, com destaque na França e na Península Ibérica, o culto a Maria ganhou destaque.

Os títulos de realeza de Maria têm base teológica firme, seja ela bíblica, litúrgica ou patrística. Mas isso não impede que essa doutrina teológica tenha um uso político. (...) Na primeira Idade Média, quando a alta nobreza bárbara estava se convertendo e a dinastia carolíngia se firmando, o tema da *nobilitas Mariae* tornou-se o tema dominante da mariologia, sendo particularmente apreciado nas pregações de corte. Toma corpo, então, uma verdadeira “mariologia política”, que se

compraz, como faz Alcuíno, em chamar Maria de *Regina, Domina e Imperatrix*. É difícil esconder o interesse ideológico, aí latente, de confirmar as novas dinastias. (...) Também o fenômeno da cavalaria cristã, que teve seu início pelo fim dos anos 1000, foi todo inspirado na figura da “gloriosa Senhora”. Esta era invocada nos juramentos de fidelidade. O Senhor feudal batia, com a espada, por três vezes sobre o ombro do novo cavaleiro, pronunciando a fórmula: “Em nome de Deus, de São Miguel e de Nossa Senhora, te faço cavaleiro”. O “amor cortês”, que provinha da “revolução do sentimento”, iniciada nas cortes da França, projetou-se com força, por obra dos trovadores, sobre a figura de Maria. A afeição pela Dama celeste era tal que cavaleiros e trovadores chegavam a estabelecer com Ela um “matrimônio espiritual”. (...) Em contrapartida, ao nível do povo em geral, a figura da Santa Virgem como Senhora e Rainha irradiava força espiritual, com fortes projeções existenciais. Para os medievais, a Rainha celeste exercia junto a Cristo uma função de misericórdia: era a defensora do fraco e a intercessora do pecador. Ela é a “Rainha e Mãe de misericórdia”, a “Reconciliadora”, a “Pacificadora”. É invocada como *Dulcissima Domina*, como *Advocatrix, Refugium, Solatium, Precatrix, Mediatrix*. Ela tem “entranhas de misericórdia”, porque nelas carregou o próprio Deus. (BOFF, 2006, p. 161, 162).

Apesar de ser identificada como Rainha, e talvez justamente por ser uma rainha, considerando as mentalidades medievais, Maria de Nazaré era considerada a defensora do fraco e a intercessora do pecador, por isso a Advogada dos cristãos, sobretudo na hora da morte destes, conforme a oração da Ave Maria. E os relatos de milagres se espalhavam, ficando registrados na cultura popular por meio das histórias reproduzidas oralmente e, depois, de forma escrita, impressa em folhetos para a economia do material.

Os milagres podiam também dar-se na vida de cada um, ou melhor: nos momentos críticos de todos aqueles que, por um motivo ou por outro, merecessem se beneficiar de tais intervenções sobrenaturais. Evidentemente que os principais beneficiários de tais manifestações eram os heróis. Na gesta de *Girard de Vienne*, um anjo vem pôr fim ao duelo entre Roland e Olivier⁵. Na *Chanson de Roland*, Deus fez parar o Sol; na *Peregrinação de Carlos Magno*, confere aos valentes a força sobre-humana que lhes permite realizar proezas de que temporariamente se tinham gabado. Mas até os seres mais simples podem ser bafejados por um milagre e, o que é ainda mais, o mesmo se dá com os maiores pecadores desde que tenham devoção. A fidelidade – imitada do vassalo – a Deus, a Virgem ou a um santo pode salvar melhor do que uma vida exemplar. Uma obra célebre do princípio do século XIII, *Os Milagres da Virgem*, de Gautier de Coincy, mostra-nos a compaixão de Maria

⁵ Na poesia popular brasileira, essas personagens são registradas como Roldão e Oliveiros, dando origem aos folhetos *Roldão no Leão de Ouro*, de João Martins de Ataíde; *A Batalha de Oliveiros*, de José Bernardo da Silva, e *A prisão de Oliveiros e seus companheiros*, de José Bernardo da Silva, mas que os especialistas apontam a autoria como de Leandro Gomes de Barros ou João Martins de Ataíde, sendo que, na capa, este aparece com o título *A prisão de Oliveiros* e aquele com o título *Batalha de Oliveiros com Ferrabrás*.

pelos seus fiéis. Ampara com as suas próprias mãos, durante três dias, um ladrão que fora enforcado pelas malfeitorias que praticara mas se não esquecera de a invocar antes delas. Ressuscita um monge que se afogou quando regressava de junto da amante mas que ia recitar as matinas no momento em que caíra a água. Proporciona um parto clandestino a uma abadessa grávida que lhe dedicava uma especial devoção (LE GOFF, 1995, p. 92).

Da mesma forma que a crença nos milagres realizados pela intercessão de Maria de Nazaré se incorporou na cultura popular, perpetuadas nas festas litúrgicas, em grandiosas igrejas, nas práticas devocionais particulares e nas canções de gesta medievais, sendo transmitidas de geração em geração, a devoção mariana no Brasil, que se espalhou pelo Brasil pela ação colonizadora dos portugueses, foi registrada na cultura popular com os cantadores, em primeiro lugar, e, depois, nos folhetos impressos com os poetas populares, que seguiram a tradição da literatura de cordel portuguesa, a qual, também, teve a influência das canções e lendas medievais.

Essa tradição religiosa e cultural, de forte presença no Nordeste brasileiro, foi absorvida pela dramaturgia de Ariano Suassuna, professor, poeta, romancista e dramaturgo nordestino, nascido no Estado da Paraíba, em 1927, e falecido na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, em 2014. A vida e a obra do autor serão analisadas mais detalhadamente no próximo capítulo.

Capítulo II – Ariano Suassuna e a sua obra

O autor objeto desta análise é Ariano Vilar Suassuna, nascido em 1927, na cidade de João Pessoa, então chamada Cidade da Paraíba, que recebeu o atual nome em homenagem ao governador do Estado na época, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, assassinado na cidade de Recife, em 26 de julho de 1930, por João Duarte Dantas, um adversário político, servindo de estopim para a chamada Revolução de 30⁶, já que era candidato à vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas.

João Dantas era primo de minha mãe, motivo pelo qual uma multidão enfurecida, orientada pela polícia e pelos presos que tinham sido soltos da cadeia para isso, tentou nos matar. A cidade, já com seu nome secular mudado para João Pessoa, estava com o ambiente irrespirável para nós. Garantidos e escoltados por tropas do Exército, mudamo-nos para Paulista, em Pernambuco. Foi aí que soubemos, pelo jornal, que meu pai tinha sido assassinado no Rio, a 9 de outubro de 1930, como represália pela morte do doutor João Pessoa, com a qual, aliás, ele nada tinha a ver. (SUASSUNA *Apud* NOGUEIRA, 2002, p. 84).

João Pessoa foi sucessor de João Urbano Pessoa de Vasconcellos Suassuna, pai de Ariano, governador da Paraíba entre 1924 e 1928, o qual morreu assassinado – para Suassuna a mando da família de João Pessoa –, três dias depois do assassinato de João Dantas na prisão, embora a versão oficial seja de suicídio. Entre a derrota da Aliança Liberal nas eleições presidenciais, chapa em que João Pessoa concorria, e o seu assassinato, houve muitas turbulências políticas na Paraíba, com um confronto armado opondo a capital e a vila de Princesa Isabel, localizada no sertão, que se declarou independente, constituindo o Território Livre de Princesa, chefiado pelo coronel José Pereira Lima com apoio da família de João Dantas.

Meu pai foi assassinado – no Rio de Janeiro – quando eu tinha 3 anos de idade, por conta de questões políticas ligadas aos episódios da Revolução de 30, em Princesa, no sertão da Paraíba. Eu cresci lendo jornais falando mal do meu pai... Era a luta do bem contra o mal. O bem era o urbano, que representava a modernidade, o progresso, o governo. O mal era o meu pai, que significava o atraso, o primitivo, por ser rural. Sabe o que fiz, para conseguir viver, pois aquilo doía muito?... Resolvi inverter: o bem era o rural, o mal era o urbano... Patei toda minha vida nisso...

⁶Para ver mais a respeito: Fausto, Boris. *A revolução de 1930: Historiografia e história*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Isso teve sempre uma repercussão enorme em toda minha obra... Até cometi um erro histórico em *A Pedra do Reino*... Eu digo em *A Pedra* que a Guerra de Princesa e Canudos são similares. Está errado!... Em Princesa, era a burguesia urbana contra a aristocracia rural (representada pelo meu pai); enquanto, em Canudos, era a burguesia urbana contra o povo! Mas eu não consegui enxergar isso. Ainda bem que, em literatura, existe a licença poética!... (SUASSUNA *Apud* NOGUEIRA, 2002, p. 30, 31).

Como fica evidente pelo tom das declarações, a morte do pai foi decisiva para a obra de Suassuna. Seus primeiros trabalhos são poemas em que é recorrente o tema da morte do pai, embora alguns também se voltassem aos temas específicos do romanceiro popular nordestino. E, talvez, mais do que a morte do pai, e justamente pela sua morte, o início da vida e a formação cultural dentro do sertão marcaram profundamente a personalidade e os interesses do escritor.

Em razão das perseguições e, depois, por questões financeiras, a família Suassuna se mudou para diferentes fazendas até se estabelecer em Taperoá, na região do Cariri Ocidental na Paraíba, em 1933. A região fica no sertão nordestino por estar na região das serras dos Cariris Velhos e Cariris Novos, nas bordas do Planalto da Borborema, na divisa dos Estados de Pernambuco e Paraíba, ficando a cidade de Taperoá na região dos Cariris Velhos, na parte ocidental, uma das mais secas da Paraíba (ver Anexo A).

Em Taperoá, Suassuna realizou o curso primário até iniciar os estudos, aos 10 anos, no Colégio Americano Batista do Recife, no sistema de internato, após a conversão da mãe ao Protestantismo, dividindo-se entre a cidade e o sertão nas férias. Em 1943, passou a estudar no Ginásio Pernambucano e, em 1945, no Colégio Oswaldo Cruz, após a mudança da família para a cidade de Recife, em 1942.

Sua paixão pelo teatro foi despertada na juventude pelo médico de Taperoá, Abdias Campos, que lhe emprestou as peças de Ibsen, em francês e português. Imediatamente, tentou escrever uma peça seguindo a mesma linha, mas não conseguiu, pois “o universo dele não tinha nada a ver com o da gente, era uma admiração puramente intelectual”. (...) [A peça *Uma mulher vestida de sol*] foi escrita por sugestão do dramaturgo Hermilo Borba Filho, que lhe colocou nas mãos as peças de Garcia Lorca, seduzindo-o imediatamente pois “parecia com o meu mundo, era um mundo de cavalos, de touros, de ciganos e coisas parecidas com o sertão”. As semelhanças entre a Espanha e o Nordeste, a tradição ibérica e a mediterrânea, começaram a obsedá-lo. Mas não se trata de transpor a Idade Média para o sertão, como pensam os críticos. (NOGUEIRA, 2001, P. 89-91).

Maria Aparecida Lopes Nogueira, uma das biógrafas de Ariano Suassuna, realizou ampla pesquisa documental com dados sobre a vida e a obra de Ariano Suassuna, contidos em jornais, revistas, sites da internet, vídeos e filmes, como nas entrevistas dos textos citados, em que falou do pai e foram concedidas, respectivamente, ao *Jornal do Commercio*, de Recife, em 15 de junho de 1997, e à *Revista Vintém*, de São Paulo, no primeiro semestre de 1998.

Suassuna foi introduzido cedo na literatura por meio da biblioteca paterna. Foi onde encontrou o livro *Viroleiros do Norte*, do escritor Leandro Motta, e conheceu os folhetos nordestinos que serviriam de inspiração para a obra *Auto da Compadecida*. No Colégio Americano Batista colaborou com a revista já existente e teve um jornal; também cantava nas festas. No Ginásio Pernambucano foi introduzido na música erudita e na pintura por Carlos Alberto de Buarque Borges.

Em 1945, por intermédio de Tadeu Rocha, então professor no Colégio Oswaldo Cruz, e de Esmaraldo Marroquim, editor do Suplemento Cultural do *Jornal do Commercio*, conseguiu a sua primeira publicação com o poema *Noturno*. Entre os anos de 1946, quando ingressou na Faculdade de Direito do Recife, e 1948, continuou publicando em suplementos de jornais do Recife, na revista *Estudantes*, da Faculdade de Direito, e no jornal do Diretório Acadêmico de Medicina.

No mesmo ano em que teve início os seus estudos superiores, foi criado o Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP), sob a liderança de Hermilo Borba Filho, grupo com o qual conviveu, sendo responsável pela ampliação de seu conhecimento da cultura ibérica e pela montagem de sua primeira peça, *Cantam as harpas de Sião*, em 1948, a qual, depois da primeira versão passou a se chamar *O desertor de princesa*.

Entre 1947 e 1962, Suassuna escreveu as suas peças de teatro, sob a influência do romanceiro popular nordestino: *Uma mulher vestida de sol*, de 1947; *Cantam as harpas de Sião*, em 1948; *Os homens de barro*, de 1949; *Auto de João da Cruz*, de 1950; *O arco desolado*, de 1952; *O castigo da soberba*, de 1953; *O rico avarento*, de 1954; *Auto da Compadecida*, de 1955; *O santo e a porca*, de 1957; *O casamento suspeito*, de 1957; *O homem da vaca e o poder da fortuna*, de 1958; *A farsa da boa preguiça*, de 1960; e *A caseira e a Catarina*, de 1962.

Concentrando a sua produção artística no teatro, com as peças citadas, em um processo de recriação do romanceiro popular nordestino, Ariano Suassuna também se tornou professor, assumindo, em 1956, a cadeira de Estética na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, que passou a se chamar Universidade Federal de Pernambuco, em 1965, lecionando também diferentes disciplinas no programa de Mestrado. Na mesma

universidade, ocupou, entre 1969 e 1974, o cargo de diretor do Departamento de Extensão Cultural, após a experiência na diretoria do Setor de Cultura do Departamento Regional de Pernambuco do Serviço Social da Indústria (SESI), entre 1956 e 1960.

Esta atuação na promoção cultural na cidade de Recife permitiu à Suassuna conferir outro *status* para o romanceiro popular nordestino, ao iniciar, no âmbito universitário, com o apoio oficial da Prefeitura do Recife e da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, o Movimento Armorial, lançado oficialmente em 18 de outubro de 1970, criando uma arte erudita baseada no romanceiro popular nordestino, unindo poesia, teatro, dança, música, cinema, pintura, escultura, cerâmica, tapeçaria e arquitetura. O lançamento se deu, inclusive, com um concerto da Orquestra Armorial de Câmara, intitulado *Três Séculos de Música Nordestina: Do Barroco ao Armorial*, acompanhado por uma exposição de gravuras, pinturas e esculturas na Igreja de São Pedro dos Clérigos, em Recife. Entre 1974 e 1978, ocupou ainda o cargo de Secretário de Educação e Cultura do Recife.

Em 1971, Suassuna publicou a obra *Romance d'A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*, que escrevia desde 1958 e foi classificada por ele como o romance armorial brasileiro. Todas estas informações, além de traçarem uma biografia do autor, fornecem subsídios para a compreensão de suas escolhas para expressar o seu mundo interior e o mundo com o qual se comunica: o sertão. O sertão nordestino que mantém um elo com Portugal, com a Península Ibérica, com a Idade Média e, por isso, para Suassuna, é armorial.

O Brasil é um país contraditório – sinal manifesto de sua grandeza. Por um lado, somos herdeiros da tradição mediterrânea, com suas raízes cortesãs, eruditas, renascentistas, e também com suas raízes populares, pelo menos tão vigorosas e importantes quanto as outras. Por outro lado, somos um País pobre, novo, ainda em começo e em formação – selvagem, primitivo, ainda próximo dos mitos, das lendas populares, dos heróis e tipos marcados, fixos, da comédia, da cantiga de gesta ou da tragédia. (...) Para que se veja que não estou exorbitando no sonho e no devaneio, basta que se faça um programa de leitura fundamentado em dois clássicos mediterrâneos e dois clássicos brasileiros – falo em “clássico”, aqui, no sentido de obra fundamental, importante e definitiva. Refiro-me a Homero, Virgílio, Euclides da Cunha e João Guimarães Rosa. Leiamos seguidamente a *Odisseia*, a *Ilíada*, a *Eneida*, *Os Sertões* e *Grande sertão: veredas*. Em cada um desses quatro épicos encontraremos as mesmas características: presenças de heróis – isto é, de homens ao mesmo tempo representativos e excepcionais – ações guerreiras, selvagem bravura, covardia desleal, sangue, ambiente primitivo e áspero, tom rapsódico e legendário. É o mesmo espírito do “ciclo heroico”, épico e trágico, do nosso Romanceiro Popular do Nordeste. Por outro lado, já agora tratando do campo do risível, encontraríamos uma semelhança de espírito muito grande lendo uma novela picaresca ibérica, como o

Lazarillo de Tormes por exemplo, e qualquer folheto do ciclo cômico, satírico e picaresco do nosso Romanceiro – um folheto como “Canção de Fogo”, “As proezas de João Grilo” ou a “História do cavalo que defecava dinheiro”. (SUASSUNA, 2007, p. 252-254).

É interessante perceber que Suassuna, como professor de Estética que foi, usou categorias do campo estético em sua análise, como é possível verificar, ao citar no texto, o Risível. Outro ponto que chama a atenção é que, ao tratar do romanceiro popular nordestino, Suassuna, embora tenha concentrado toda a sua produção teatral na recriação de folhetos nordestinos, sempre retoma elementos da peça *Auto da Compadecida* para discutir a literatura popular o que ocorreu ao citar a personagem João Grilo, razão pela qual a mesma será retomada no próximo capítulo, como representativa do conjunto da obra de Ariano Suassuna e essencial para a compreensão do romanceiro popular nordestino e, por conseguinte, do sertão, elemento de ligação entre os dois.

“*Dom Sebastião vai voltar*”, dizia Antônio Conselheiro⁷ em suas andanças pelo sertão nordestino no final do século XIX, assim como outros movimentos messiânicos associados ao Sebastianismo. Os primeiros portugueses que se estabeleceram na Colônia, muitos anos depois do registro da chegada oficial com a carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel I, já que, inicialmente, a *terra brasilis* não era o objetivo de Portugal, esperavam o retorno do seu rei D. Sebastião, desaparecido na Batalha de Alcácer-Quibir, na África, em 1578, motivo que levou à crise política, vista no capítulo anterior, terminando com a união das coroas portuguesa e espanhola até 1640.

Três séculos depois, talvez não fosse Dom Sebastião que o povo simples do sertão nordestino, filhos destes primeiros portugueses, realmente estava esperando, mas o rei Jesus Cristo, senhor deles, que há vir e julgar os vivos e os mortos, como diz o credo católico. Mas neste julgamento, quem será absolvido? Os fiéis católicos pedem que a Santa Maria, Mãe de Deus, rogue por eles na hora da morte, como está expresso na *Ave-Maria*, uma das principais orações católicas. E, assim, recorrem a uma mãe para protegê-los, como crianças com medo do pai.

⁷Antônio Vicente Mendes Maciel foi o líder do movimento que culminou na Guerra de Canudos, ocorrida entre 1896 e 1897, quando o Governo da época realizou campanhas contra a comunidade criada no vilarejo de Arraial de Canudos, rebatizada de Belo Monte, no interior do Estado da Bahia. Nascido em 13 de março de 1830, em Quixeramobim, no interior do Ceará, passou a peregrinar pelo sertão nordestino, a partir de 1861, chegando ao interior da Bahia, após uma provável traição conjugal de sua esposa. Tido como um fanático religioso, Antônio Conselheiro faleceu em 22 de setembro de 1897, ao que se seguiu a completa destruição da comunidade criada em Canudos. Para um estudo aprofundado sobre Antônio Conselheiro, recomenda-se: VASCONCELLOS, Pedro Lima. *O Belo Monte de Antonio Conselheiro: Uma invenção “biblada”*. Maceió(AL): Edufal, 2015.

O Sebastianismo não passa de um trôpego sentimento, sem deixar de ser, aliás, alívio na hora da opressão; apelo ao devaneio que dulcifica as dores; culto da esperança que sorri ao desalento. (...) As almas portuguesas, tendentes ao maravilhoso e pertinazmente absorvidas nestas ideias-sentimentos, suspiravam por um D. Sebastião que as redimisse, um Messias que as salvasse. (...) O sebastianismo é um estado de sentimento saudoso de alguém que puramente viveu e procedeu no ideal da pátria. (...) Este Sebastianismo é energia. (...) É uma força tradicional e espiritual da nação portuguesa. O Sebastianismo é ontem, é hoje, é amanhã. O ontem está na segurança que o português sempre teve nas energias sobrenaturais que constituem a trama sensível da sua pátria, o hoje, na consciência delas e na tenacidade para as pôr em ação; o amanhã, no brilho de esperança que timbra os olhos patriotas. Assim considerado o Sebastianismo não tem o bafio de um arcaísmo, mas sim o frescor de um neologismo. Poderá, portanto, dizer-se que o Sebastianismo foi, é e sempre será o mesmo que nacionalismo. (FIGUEIREDO *Apud* NOGUEIRA, 2002, p. 35).

Se neologismo é a criação de uma nova palavra, de uma nova expressão, de um novo sentido, o português, já se tornando o nordestino, recriou o sentido para a sua pátria, já que estava em Portugal ao mesmo tempo em que não estava – a colônia não era um país, muito menos apenas a continuação de outro país⁸ –, sobretudo em um ambiente tão adverso quanto o sertão, precisando da figura de um herói,

do arquétipo do herói, encarnado por D. Sebastião, e reencarnado em Conselheiro, Lampião, Padre Cícero, e em beatos por esse sertão afora. O Sebastianismo nordestino é amplo e fornece subsídios para a conformação da visão paradisíaca do Brasil, lugar escolhido por D. Sebastião para ressuscitar, devido às suas qualidades de flora, fauna, sua riqueza e seus tesouros. O mito de D. Sebastião existe no sertão: o rei está vivo, mas encantado, deve voltar um dia e estabelecer a justiça na terra. (NOGUEIRA, 2002, p. 35, 36).

Mas, enquanto isso, em uma terra seca como o sertão nordestino, onde é preciso lutar pela vida, a necessidade forja seus próprios heróis, pois pode ser preciso até enganar o diabo para se “safar”, como fez o João Grilo, na peça *Auto da Compadecida*. Este que é uma personagem de origem portuguesa, assim como Pedro Malasartes, pertencente à cultura popular portuguesa, o que mostra a existência de uma determinada tradição na Península Ibérica, fato verificado pela personagem espanhola Pedro Urdemales, de origem árabe,

⁸ A esse respeito, consultar: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

aparecendo nas regiões de Castela e da Andaluzia, como mostra os estudiosos da literatura popular⁹.

Foi o que aconteceu com o João Grilo, durante o seu julgamento diante de Manuel, personagem de Jesus Cristo, que, segundo Suassuna, aparece com esse nome na cultura popular nordestina, tendo o Encourado, representação do diabo, como acusador, apontando as suas falhas para condená-lo, e chamou Nossa Senhora para ajuda-lo e defende-lo. Na verdade, para entendê-lo: entender que tudo foi feito para sobreviver à dureza da terra, às desigualdades sociais. É o drama nordestino que se desenrola no final da peça “*Auto da Compadecida*”, de Ariano Suassuna.

“*O sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão*” foi outra frase atribuída a Antônio Conselheiro, esse herói sertanejo com alma de D. Sebastião, de justiceiro divino. O sertão pode não ter virado mar, como um grande corpo de água salgada, mas virou um mar de palavras, um mar de poesia que cobriu o sertão, o inundou e avançou pelo continente, tornando o sertão e a história das pessoas que vivem nele conhecidas nacionalmente e internacionalmente por meio da Literatura, do mistério das palavras¹⁰.

O Modernismo na Literatura brasileira foi o movimento responsável pela introdução de temas nacionais, buscando as raízes do Brasil, acompanhados pela crítica às relações sociais. Teve início em 1922, com a primeira fase se estendendo até 1930. A segunda fase, marcada por autores da chamada Geração de 30, se caracterizou pelo regionalismo, quando o sertão e seus personagens típicos passaram a ser retratados com destaque no meio literário por autores como Rachel de Queiroz (1910-2003), José Lins do Rego (1901-1957) e Graciliano Ramos (1892-1953), além de Jorge Amado (1912-2001) com temas específicos do interior da Bahia.

Mas foi, o Movimento Regionalista, fundado por Gilberto Freyre, com o escritor José Lins do Rego como discípulo e colega que realmente pôs ênfase maior na cultura popular nordestina. (O movimento correspondeu no Nordeste, ao papel do Modernismo desencadeado no Sul e especialmente em São Paulo). Daquele movimento e de sua

⁹ Joseph Maria Luyten, ao discutir a literatura popular na Europa, com o objetivo de explicar as origens da literatura de cordel, compara personagens que remetem a um malandro: “*Em todos os países, houve fortes e duradouras manifestações em forma de contos. (...) Ninguém pode esquecer ‘Thijl Uilenspiegel’, o herói popular de Flandres – hoje Bélgica e Holanda. Ele é equivalente, em malandragem, ao nosso Pedro Malazartes – que é Pedro Undermales na Espanha e que, por sua vez, tem origens árabes*” (LUYTEN, 2005, p. 32-34).

¹⁰ Para mais a esse respeito, ver os trabalhos que discutem o sertão através de grandes nomes da Literatura regionalista: FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de. *O sertão de José Lins do Rego e Ariano Suassuna: Espaço regional, messianismo e cangaço*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. WANDERLEY, Vernaide. *Viagem ao sertão brasileiro: Leitura geo-sócio-antropológica de Ariano Suassuna, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa*. Recife: CEPE/FUNDAPE, 1997.

ênfase no estudo da região, da aplicação de suas conclusões à situação nacional, surgiram os “Romancistas Nordestinos” ou a “Geração de 30”, os quais, uns mais que outros, ficaram cientes do valor, inclusive quanto à poesia, da cultura popular como inspiração na literatura. (...) Embora não empregassem tanto a poesia oral, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos souberam da grande influência desta poesia no povo e utilizaram os temas dos poetas (as secas, o fanatismo religioso, o cangaço) nas suas obras. Mas foi Jorge Amado, desta geração de escritores, quem mais adaptou no romance a cultura popular (...). (CURRAN, 1973, p. 56).

Mark Curran¹¹ (1973) apontou que uma série de escritores nordestinos seguiu o caminho desses autores ao utilizarem temas e figuras da poesia popular em suas obras: José Condé (1917-1971), romancista natural de Caruaru, Pernambuco; Sylvio Rabello (1899-1992), nascido em Aliança, Zona da Mata pernambucana, que, apesar de se dedicar a outra área, escreveu peças teatrais com personagens importantes da cultura popular, como Cabeleira e Pedro Malasartes; os pernambucanos Hermilo Borba Filho (1917-1976), Maximiano Campos (1941-1998) e Gilvan Lemos (1928-2015), além do próprio Ariano Suassuna (1927-2014), que, embora fosse da Paraíba, morou quase toda a sua vida na cidade de Recife; João Cabral de Melo Neto (1920-1999), pernambucano, primo do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), sendo que este fez parte da chamada Geração de 30 na Sociologia, com as primeiras obras de interpretação do Brasil e do significado de ser brasileiro, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior; o baiano Dias Gomes (1922-1999), que se destacou inicialmente pela produção teatral; e Antônio Callado (1917-1997), que, embora fosse carioca, se encantou pelo Nordeste e o tornou tema de suas obras.

O melhor, porém, é que essa literatura erudita de raízes populares não vai sendo imposta por teorias, por programas ou ideologias: surge naturalmente, por amor e identificação. Os artistas e escritores nordestinos tiveram a surpresa de descobrir, de repente, que a solução de seus problemas e dilacerações já havia sido achada, há muito tempo, pelo Romanceiro popular, pela literatura de grande força, baseada em histórias coletivas, ligadas ao que existe de mais elementar, poderoso e primordial no sangue do Povo, dotadas de grande poder de penetração e comunicação, por corresponderem aos anseios coletivos mais profundos do Povo brasileiro. (...) Os folhetos e romances dos Cantadores têm a dupla vantagem de, ao mesmo tempo, nos religarem à tradição mediterrânea – pois muitos de seus temas vieram de lá – e nos apontarem um caminho de renovação e atualização perenes, um caminho pelo qual podemos evitar os problemas de uma Arte imobilizada, fechada, de uma Arte exausta e

¹¹ Mark Curran também escreveu as seguintes obras acerca da literatura de cordel: *A presença de Rodolfo Coelho Cavalcante na moderna literatura de cordel*, de 1987; *Cuica de Santo Amaro: Controvérsia no cordel*, 2000; e *Retrato do Brasil em cordel*, em 2011.

cerebralizada, hoje colocada num beco-sem-saída, como acontece, sem dúvida, com a Arte e a Literatura de “vanguarda” da Europa. (SUASSUNA, 2007, p. 250, 251).

Ariano Suassuna foi um desses autores intensamente influenciados pelo romanceiro popular nordestino, adaptando-o para o teatro, como Jorge Amado já havia feito com o romance, conforme observação feita por Curran no trabalho já citado. É interessante perceber como a maioria dos autores apontados por Curran é natural de Pernambuco, justamente onde Suassuna passou quase toda a sua vida, fato que confirma a importância de se verificar o ambiente cultural em que o escritor se formou e produziu as suas obras. Da mesma forma que Antônio Conselheiro, Lampião e Padre Cícero estão ligados no e pelo sertão, os autores citados estão ligados pela literatura popular, pelo romanceiro nordestino, que também passa pelo sertão.

A respeito dos cantadores nordestinos, da literatura oral que compõe o romanceiro popular nordestino, Idelette Muzart-Fonseca dos Santos discutiu o entrelaçamento das vozes e dos textos, criando algumas categorias de análise, a saber: a cantoria era uma produção oral improvisada, que se conservava na memória das pessoas, podendo ter uma recriação escrita, mais comum no caso das pelejas¹², ao contrário do que ocorria nas cantorias de repente; o romanceiro também era uma produção oral, tanto no caso ibérico quanto no caso brasileiro, podendo passar por uma recriação escrita e se tornar um romance de cordel; a literatura de cordel tem uma produção totalmente escrita, embora a sua transmissão e conservação seja muitas vezes por via oral, com o formato de um pequeno livro, de tamanho médio, de 11 cm x 16 cm, com um número de páginas que varia de 8 a 48¹³.

Como a ausência da escrita era grande, e como o analfabetismo, ainda maior, os que sabiam ler formavam os círculos que divulgavam essa literatura. Tal como ainda hoje encontramos em nossas feiras cantadores que lêem essa literatura, constituindo-se o instrumento de comunicação dos fatos ocorridos, e narrados nesses folhetos, também no Portugal medieval isso era costume. Havia o hábito de leitura em

¹² “As “pelejas” são desafios, quase sempre imaginários, travados entre dois Cantadores. Às vezes uma “cantoria” real, improvisada, precedeu a “peleja” escrita. Nesse caso, um dos dois Cantadores – ou mesmo um terceiro – reproduz, de memória, os trechos mais importantes da cantoria, inventando e torcendo outros. Assim, escreve a “peleja”, ou “desafio”” (SUASSUNA, Ariano. *Seleção em prosa e verso*. Organizado por Silvano Santiago. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007, p. 281).

¹³ Para mais a respeito da importância da oralidade e a sua relação com a cultura escrita, ver os seguintes trabalhos: BRITO, Gilmaro Moreira. *Culturas e linguagens em folhetos religiosos do Nordeste: Inter-relações escritura, oralidade, gestualidade, visualidade*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. GERKEN, Carlos Henrique de Souza. *Linguagem, cognição e cultura: Apontamentos para a elaboração de uma teoria sobre as relações entre a oralidade e a escrita*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999. OLSON, David R. *Cultura escrita e oralidade*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995.

grupo, em festas públicas, em romarias, em feiras. (...) Esta influência, de origem lusitana, da cantoria dos fatos acontecidos e da formação do grupo para ouvir a leitura ou o canto narrado, não foi única; aqui no território brasileiro, e em particular no Nordeste, se encontrou com uma outra forma cultural muito semelhante: a de origem africana. Também os escravos vindos para o Brasil tinham não somente seus trovadores como também o hábito de contar histórias, cantando ou narrando; são os famosos *akpalô* registrados pelos especialistas em estudos africanos no Brasil. (...) Justamente a presença de negros cantadores de estórias, os bantos, foi mais sensível no Nordeste. E decerto teriam tido eles também influência na difusão desse hábito. Saliente-se também que entre os cantadores mais conhecidos alguns são negros; e de um negro escravo se guarda a tradição de maior cantador do Nordeste: Inácio da Catingueira. Não é de estranhar, pois, que, encontrando-se com a tradição lusitana, a africana a ela se fundisse; absorveram-se, reformularam-se, para dar surgimento aos nossos cantadores, com suas peculiaridades de formação dos grupos para comunicação de versos. (DIÉGUES JÚNIOR, 1986, p. 36-38).

Ainda sobre os folhetos nordestinos, a chamada literatura de cordel, Santos (2006), ao abordar os modos de classificação dos folhetos, apontou sete principais classificações feitas por estudiosos do assunto: de Orígenes Lessa, em 1955; de Roberto Benjamim, em 1970; de Manuel Diegues Júnior, em 1973; de Carlos Alberto Azevedo, entre 1973 e 1974; de Cavalcanti Proença, em 1974; de Ariano Suassuna, de 1974; de Raymundo Cantel, em 1993. Entre todas as abordagens, a pesquisadora destaca justamente a classificação de Suassuna:

A proposta de Suassuna visa a englobar todas as formas, gêneros e modalidades desta literatura oral e escrita em versos. Apresenta uma grande coerência nos diferentes níveis de hierarquização, o que não é o caso dos outros modelos de classificação propostos, mas escolhendo o termo *romanceiro* para designar o conjunto da poesia popular, parece privilegiar a herança européia e sobretudo tende a separar as composições poéticas dos contos e outras narrativas em prosa, orais e escritas, de fato estreitamente misturadas e dependentes, no nível temático. (SANTOS, 2006, p. 140).

Para Suassuna, o Romanceiro Popular do Nordeste é formado pela poesia improvisada, que seria dividida pelas formas poéticas das sextilhas e formas derivadas, de décimas e formas derivadas e outros tipos de estrofes¹⁴; e pela literatura de cordel e de

¹⁴ Segundo SANTOS (2006), a sextilha é uma estrofe com de seis versos heptassilábicos, em que o segundo, o quarto e o sexto versos rimam entre si, englobando a chamada família da sextilha a “gemedeira”, o “mourão” e o “martelo de seis pés”, de acordo com o sistema de rimas; a décima é uma estrofe de dez versos heptassilábicos, que, dependendo da sequência de rimas, pode ser chamado “dez pés a quadrão”, “morão voltado”, “Brasil Caboclo” ou “dez de queixo caído”, ou se os versos forem decassilabos, de “martelo agalopado”; e, em outras modalidades, é possível o “galope à beira-mar” a partir de uma décima endecassilábica e a “quadra” com uma estrofe de oito versos heptassilábicos cujas rimas podem variar em “oito pés a quadrão”, “quadrão mineiro” e “quadrão da beira-mar”.

tradição oral recitada, que reúne romances, folhetos, abecês¹⁵, pelepas e cantigas. Em último nível de análise, a literatura de cordel (romances e folhetos) é agrupada em seis ciclos: ciclo heroico; ciclo do maravilhoso; ciclo religioso e de moralidades; ciclo cômico, satírico e picaresco; ciclo histórico e circunstancial; e ciclo de amor e fidelidade.

A peça *Auto de João da Cruz*, de 1950, foi baseada nos folhetos *História de João da Cruz*, de Leandro Gomes de Barros, *História do Príncipe do Reino do Barro Branco e a Princesa do Reino do Vai-não-torna*, de Severino Minanês da Silva, e *O Príncipe João sem Medo e a Princesa da Ilha dos Diamantes*, de Francisco Sales Arede; a peça *Auto da Compadecida*, de 1955, teve como base, para os dois primeiros atos, os folhetos *O Enterro do Cachorro* e *História do Cavalo que Defecava Dinheiro*, ambos de Leandro Gomes de Barros, e, para o terceiro ato, o folheto *O Castigo da Soberba*, de autoria atribuída a Silvino Pirauá de Lima, que já havia servido de base para o entremez¹⁶ de mesmo nome, escrito por Suassuna em 1953; e a peça *A farsa da boa preguiça*, de 1960, foi escrita a partir do folheto *O homem da vaca e o poder da fortuna*, de Francisco Sales Arede, que, em 1958, tinha sido a base para um entremez escrito por Suassuna, adotando o mesmo nome do folheto.

Este processo de criar uma composição utilizando outra composição se repetiu, em 1959, com a peça *A pena e a lei*, escrita a partir do entremez para mamulengo *Torturas de um coração ou Em boca fechada não entra mosquito*, escrito em 1951. Percebe-se que o mamulengo¹⁷, como elemento da cultura popular – por isso romanceiro popular e não literatura de cordel, pois engloba outras expressões artísticas, inclusive com a importância dos cantadores –, foi fonte de inspiração e objeto de criação do autor.

Por fim, é importante acrescentar, ainda, à bibliografia de Ariano Suassuna a publicação, em 1975, de *Iniciação à Estética*, resultado do manual escrito, em 1956, para os alunos do curso universitário, com o título de *Manual de Estética*. Também foram publicadas, em 1974, as obras *O Movimento Armorial* e *Ferros do Cariri, uma heráldica sertaneja*, obras-síntese do movimento armorial lançado no mesmo período. Suassuna aposentou-se da Universidade Federal de Pernambuco em 1989. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1990 e, em 1992, da Academia Pernambucana de Letras, após ser mundialmente

¹⁵ “O “abecê” é um folheto escrito quase sempre em sextilhas, cada estrofe iniciada com uma letra do alfabeto, seguindo sua ordem tradicional” (SUASSUNA, Ariano. *Seleto em prosa e verso*. Organizado por Silviano Santiago. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007, p. 281).

¹⁶ Representação teatral de um único ato, geralmente representada no intervalo ou no fim de uma peça de longa duração. Peça cômica, de recorte moral, já foi chamada também de farsa, o que mostra as suas origens medievais.

¹⁷ Teatro de fantoches típico do nordeste, mais especificamente de Pernambuco, com conteúdo moralizante ou de crítica social, existente desde o período colonial.

premiado, além de ter, entre os anos de 1994 e 2007, as suas peças e um romance adaptados para a televisão e o cinema. Faleceu em Recife, em 23 de julho de 2014.

Tendo em vista os dados verificados na biografia de Ariano Suassuna e a produção literária regionalista em que a sua obra se insere, foi possível verificar um esforço de vários intelectuais para retratar o sertão e as pessoas que nele habitam, destacando a cultura produzida pelas mesmas. Suassuna ressignificou o sertão, a fim de resolver os problemas internos causados pela perda trágica do pai, acompanhada pela perseguição sofrida pela família, passando a se dedicar à recriação do romanceiro popular nordestino em sua dramaturgia, relação que será aprofundada no capítulo a seguir.

Capítulo III – A literatura de cordel, Ariano Suassuna e a religiosidade popular

O presente capítulo discutirá a ligação entre a literatura de cordel, chamada por Ariano Suassuna de Romanceiro Popular Nordestino, e a peça *Auto da Compadecida*, obra-síntese desta relação, ao ter sido escrita recriando três folhetos nordestinos. A exposição começará com uma breve apresentação da peça, acompanhada pela discussão da tradição religiosa presente na literatura de cordel, passando pela influência desta na dramaturgia de Ariano Suassuna, até encerrar com a visão religiosa presente na peça *Auto da Compadecida*.

A peça *Auto da Compadecida*¹⁸ foi escrita por Ariano Suassuna em 1955, no período de grande produção de sua dramaturgia, com peças escritas entre 1947 e 1962. Como apontou o levantamento dos dados biográficos de Suassuna, anexo ao livro *Seleção em prosa e verso*, de 2007, a peça teve grande repercussão internacional: em 1959, a revista polonesa *Dialog, Rock IV, Pazdziernik n. 10942*, publicou a tradução da peça, por Witold Wojciechowski e Danuta Zmif, com o título “Historia o Milosiernej Czyli Testament Psa”; em 1963, a versão em inglês, de Dillwyn Ratcliff, com o título “The Rogue’s Trial”, foi publicada pela University of California Press; em 1964, a peça foi traduzida para o holandês, por J. J. Van Den Besselaar, Nos Leekenspel e Bussum, com o título “Het Testament van der Honde”; em 1970, foi publicada a tradução em francês, de Michel-Simon-Brésil, pela Gallimard, com o título “Le jeu de la Misericordieuse ou Le Testament Du Chien”; em 1971, foi publicada a tradução em alemão, de Willy Keller, pela Verlag Volk und Welt, com o título “Das Testament des Hundes oder Das Spiel von Unserer Liben Frau der Mitleidvollen”.

Não que outras peças do autor não tenham sido reconhecidas fora do país, como a peça *O santo e a porca*, publicada na Argentina em 1966, e a peça *A pena e a lei*, que foi premiada no Festival Latino-americano de Teatro em Santiago, no Chile, em 1969. Mas então por que o destaque da peça *Auto da Compadecida*, tanto mundialmente quanto neste trabalho? A resposta já foi dada por Ariano Suassuna, ao analisar o material que serviu de base de criação da peça, comentando sobre o folheto “O enterro do cachorro”, que somente depois da publicação da peça, em 1968, pela sua narração, soube ser o fragmento de outro folheto de Leandro Gomes de Barros, intitulado “O dinheiro”:

¹⁸ Para uma descrição completa do terceiro ato da peça, em que acontece o julgamento, ver o trabalho de Claudio Santana Pimentel, que, também, apresenta uma análise das representações do imaginário religioso no teatro de Ariano Suassuna: PIMENTEL, Claudio Santana. *Humanização do divino, divinização do humano: Representações do imaginário religioso no teatro de Ariano Suassuna*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

Quando publiquei o *Auto da Compadecida*, Raimundo Magalhães Júnior, em erudito e arguto artigo, chamou a atenção para o fato que essa história que eu julgava anônima e puramente nordestina, já fora usada, numa versão parecida, por Le Sage, no *Gil Blás de Santillana*. Punha ele em dúvida a autoria popular da nossa versão, coisa em que se enganava, como se vê, porque, como agora se sabe, ela é de autoria de Leandro Gomes de Barros. Depois, porque, ao observar elementos de erudição, na colocação de pronomes e em outras coisas do folheto, Raimundo Magalhães Júnior esquecia que os Cantadores e poetas populares nordestinos têm uma forma própria de Cultura, forma que inclui elementos herdados da Cultura européia – inclusive da cultura “cortesã e erudita”, digamos assim.

Por outro lado, quando, depois o *Auto da Compadecida* foi traduzido e encenado na Europa, os professores Jean Girodon e Enrique Martínez López – um francês, o outro espanhol – mostraram que a história é muito mais antiga que Le Sage; vem do norte da África, tendo passado à Península Ibérica com os árabes, e sendo muito comum nos fabulários e novelas picarescas ibéricas, assim como, na França, por Rutebeuf.

O fato vinha, portanto, somente provar, mais uma vez, que as histórias mais populares e nacionais são realmente as mais universais, as mais vigorosas porque expressam exatamente o que o homem do Povo, em todos os lugares, tem de mais primordial e profundo, o que, nas pessoas do Povo, é mais característico do humano. (SUASSUNA, 2007, p. 260, 261).

Suassuna conheceu os folhetos utilizados na criação do *Auto da Compadecida* por meio do livro *Violeiros do Norte*, de Leandro Motta, obtido na biblioteca paterna, como já foi apontado. A autoria destes folhetos foi dada como desconhecida, por isso disse que só depois se soube serem de Leandro Gomes de Barros, fruto da análise de diversos pesquisadores para descobrir a verdadeira autoria dos folhetos nordestinos, os quais passaram a ser recolhidos e estudados com mais intensidade a partir da década de 1960, dando origem aquelas classificações, já mencionadas, na década de 1970.

Suassuna também apontou a semelhança das histórias narradas nos folhetos utilizados na criação dos dois primeiros atos da peça com histórias transmitidas em outros países, não apenas países da Europa Ocidental, notadamente França e Espanha, mas no norte da África, de onde teriam se originado. Acerca do folheto “História do Cavalo que defecava dinheiro”, o autor afirmou:

Sucedeu, aqui também, um caso parecido com o do folheto anterior. Eu julgava a história da borrachinha de sangue – transformada, por mim, no *Auto da Compadecida*, na da bexiga do cachorro – puramente nordestina. Quando a peça foi montada na Espanha, o escritor Pedro Laín Entralgo, da Real Academia Espanhola, escreveu um artigo dizendo entre outras coisas a respeito do meu auto: “Não é só gilvicentismo que existe nele. É, também, num sentido muito amplo e

muito profundo do termo, cervantismo”. Fiquei sem saber exatamente a que se referia o ilustre espanhol, com tanta honra para mim. Até que um dia um amigo meu, o Professor Murilo Guimarães, me emprestou um livro de Thomas Mann, uma espécie de diário, no qual havia as notas tomadas pelo escritor alemão durante a leitura de *Dom Quixote*. Quando chega no episódio das bodas de Camacho – capítulo de Cervantes – aparece uma história muito parecida com a da borrachinha. Thomas Mann diz que, lendo tal capítulo de Dom Quixote, teve a impressão de história já conhecida. Ora, era a primeira vez que ele lia o livro de Cervantes. Então, forçando a memória, recordou-se de que essa história já estava na antiquíssima novela de Apuleio, *O asno de ouro*. O que, aliás – digo agora –, não é de estranhar, uma vez que *O asno de ouro* e o *Satíricon*¹⁹ – assim como os contos de Boccaccio – além de povoados de contos e lendas orais populares do norte da África e das penínsulas mediterrâneas, estão nas vertentes da novela picaresca ibérica, uma das fontes em que bebeu Cervantes para fazer o *Dom Quixote*. (SUASSUNA, 2007, p. 276, 277).

Como resultado da iniciativa da Fundação Casa de Rui Barbosa, localizada na cidade do Rio de Janeiro, que iniciou, na década de 1960, em seu centro de pesquisas, a linha temática “literatura de cordel”, foi formada uma coleção de folhetos, hoje composta por um total de nove mil folhetos, e de obras sobre o tema, incluindo a publicação do estudo *Literatura popular em verso*, em 1986, com a contribuição de Manuel Diégues Júnior, Ariano Suassuna, Bráulio do Nascimento, Dulce Martins Lamas, Mark Curran, Raquel de Queirós e Sebastião Nunes Batista, que teve suma importância para as análises presentes neste trabalho.

Diferentes estudiosos fizeram classificações dos folhetos, conforme os temas abordados, e foram praticamente unânimes em destacar o tratamento religioso nos temas dos folhetos (SANTOS, 2006): na classificação proposta por Orígenes Lessa, em 1955, aparecem como “temas permanentes” os “místicos”, “histórias religiosas”, “profecias”, “milagres”, “festas religiosas”, “santos do sertão”, “Padre Cícero”, “sobrenatural” e “diabo”; na classificação de Manuel Diégues Júnior, de 1973, são apontados como “temas tradicionais” os “contos maravilhosos”, “peripécias e diabruras” e “tradição religiosa”, além de “fanatismo e misticismo” na classificação do “elemento humano” em “fatos acontecidos e circunstanciais”; na classificação de Carlos Alberto Azevedo, de 1973-1974, podem ser considerados “demônio enganado”, “exemplos e maldições” e “heroico e fantástico”; na classificação de Cavalcanti Proença, de 1974, são indicados como “religião”, enquanto Ariano Suassuna, em 1974,

¹⁹ “O asno de ouro é dos poucos romances latinos conhecidos; o autor é Lúcio Apuleio, nascido por volta de 125 a.C. O *Satíricon* é de autoria de Petrônio (o “*Arbiter Elegantiae*”); nele se satirizam os costumes da vida romana da época” (SUASSUNA, 2007, p. 283). Para ler as obras: APULEIO. *O asno de ouro*. Tradução de Ruth Guimarães. São Paulo: Cultrix, 1963. PETRONIO. *Satyricon*. Tradução de Delfim Ferreira Leão. Lisboa: Cotovia, 2005.

classificou como “ciclo religioso”; e Raymond Cantel, em 1993, fez uma classificação de “religiões” com os temas “Santíssima Trindade”, “Virgem Maria”, “santos” e “soldados de Deus (Pe. Cícero, F. Damião, etc)” e na classificação “heroico” também há o tema “santos”. A única classificação em que não aparece explícito o tratamento religioso nos folhetos foi a proposta por Roberto Benjamin, em 1970, na qual é possível que a temática religiosa, sobretudo por sua faceta moral, tenha sido considerada em “romances (temas tradicionais)” e “casos e exemplos” (ver todas as classificações no Anexo B).

Temos, na temática tradicional, dois tipos de narrativas. Uma é autenticamente histórica, quer dizer aquela que a História, com H maiúsculo, conservou, e que encontramos descrita nos compêndios de história universal de qualquer povo. (...) Os nomes de Carlos Magno, dos Doze Pares, de Roldão aparecem na literatura popular portuguesa, como decorrência, em grande parte, da influência exercida pela cultura francesa em Portugal, ou seja aquilo que Rodrigues Lapa chamou “a fascinação da cultura francesa”. O que se estendeu também à Espanha. As façanhas e proezas de Carlos Magno e dos Doze Pares se incorporaram ao folclore peninsular; e observa aquele mesmo autor que nos contos populares quem luta contra os mouros são os Doze Pares. De modo que, no conjunto, essa influência francesa haveria de verificar-se também na poesia popular, fixando no romanceiro figuras e fatos vindos da França. (...) Poderia incluir-se também no grupo do romance tradicional o tema referente a assuntos religiosos. De modo geral, as histórias que se encontram na Bíblia, ou que se referem a santos são transmitidas oralmente, por vezes em prosa, por vezes em versos. No caso da literatura de cordel, encontram-se várias narrativas de episódios bíblicos, o que evidencia a sua transmissão oral através dos tempos, tornando-se consequentemente tradicionais. (...) Outro tipo de narrativa tradicional é o que reproduz os velhos contos populares, vindos de uma tradição que tudo indica oriental, passando através dos tempos de geração a geração, como deleite e encanto para a criança. Aí estão as maravilhas da riqueza de Ali Babá; aí estão as proezas de Malasartes; aí se apresentam os casos de Barba Azul; aí aparece a lâmpada de Aladim; aí vem as histórias de amor como a de Mariana e o Capitão do navio, e por aí fora. (DIÉGUES JÚNIOR, 1986, P. 56, 57).

Segundo Diégues Júnior, dentro da temática tradicional há a narrativa histórica, de influência francesa, e a narrativa tradicional, de origem oriental, mas na qual também há a influência bretã nos contos populares, por meio do ciclo arturiano²⁰, aparecendo, ainda, os assuntos religiosos. Nesse sentido, a interpretação apresentada para a classificação proposta por Roberto Benjamin, em 1970, está correta.

²⁰ “No caso dos contos populares, há também uma influência vinda da Bretanha, através do ciclo arturiano, que se traduzia principalmente na mitologia rica das fadas, feiticeiras, gigantes, anões; também daí é que deve ter vindo, sem dúvida, a lenda dos Doze da Inglaterra. Parece que ainda de origem bretã é a história de Genebra ou Ginebra” (DIÉGUES JÚNIOR, 1986, p. 58).

E não apenas isto, mas aquela ligação dos folhetos nordestinos com a cultura europeia e com os contos árabes e do norte da África se confirma não apenas nos folhetos “O enterro do cachorro” e “História do cavalo que defecava dinheiro”, como apontado por meio do próprio Suassuna, mas nos folhetos de uma forma geral. Ampliando essa conclusão é possível afirmar a ligação entre o sertão e a Península Ibérica, onde se encontrou com força criadora a cultura europeia, de influência francesa, e a cultura árabe, como Suassuna revelou com o Movimento Armorial.

O sertão é ibérico, mouro, judaico, africano, indígena; o sertão é plural, é mistura de imagens, mas, acima de tudo, o sertão se opõe ao mar, carregando consigo a simbologia do deserto. Analisemos, num primeiro momento, a simbólica do deserto no imaginário europeu medieval para, em seguida, repensá-la a partir do sertão. Conforme Le Goff, o deserto, real ou imaginário, desempenhou um papel importante nas religiões euroasiáticas (o judaísmo, o islamismo e o catolicismo), opondo-se aos valores da cidade. A imagem do deserto, numa exegese bíblica, deve representar a provação ao qual o povo deve se submeter para atingir a terra prometida. Por outro lado, o deserto é o espaço do maravilhoso, das tentações de Cristo, domínio soberano do demônio. Viver no deserto é portanto ser um forte. Pensemos no sertão brasileiro e na seguinte dicotomia que funcionará como “fio condutor” de nossa exposição: a dualidade sertão-mar. Enquanto o sertão preservaria os valores da pré-modernidade, ou seja, um mundo politeísta e de eterna dialética complementar entre forças opostas, o mar representaria a cidade, o mundo da cultura, mundo das ciências e da “reta razão”. “O sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão...”, profetizou um dia o beato Antônio Conselheiro, líder carismático da comunidade de Canudos, no começo do século. Na nossa “licença marginal”, a metáfora do beato significaria uma espécie de profecia acerca da fusão entre realidades modernas e pré-modernas no sertão, ou seja, o vaticínio místico de Antônio Conselheiro poderia ser compreendido sociologicamente como uma espécie de descrição das sociedades do quase terceiro milênio... (LEITÃO, 1997, p. 101).

Cláudia Leitão (2007), ao refletir sobre a ética e a estética do movimento iniciado por Suassuna, conseguiu chegar naquilo que havia de mais profundo no sertão, local de origem das histórias que circularam com os Cantadores e foram registradas nas páginas dos folhetos impressos na Zona da Mata: espaço imaginal de fusão entre sonho e realidade, reduto do mistério e do maravilhoso, mundo politeísta de luta entre o Bem e o Mal, local de herança mística e esotérica dos portugueses, realidade pré-moderna.

Se o sertão é pré-moderno, o sertão é mesmo medieval; e se está no meio – referência a ideia da Idade Média como a Idade das Trevas, dividindo a cultura da Antiguidade e a do Renascimento –, o sertão resgata com ele histórias de origem muito remota, como Apuleio

com *O asno de ouro*, anterior à Era Cristã, e as recria com pitadas daquilo que mais marcou a formação do Ocidente: o pensamento cristão.

É interessante perceber como essas diferentes tradições narrativas, que forneceram o conteúdo da literatura de cordel, se misturam com temas religiosos, sejam eles cristãos ou cristianizados: nas histórias relacionadas ao Rei Arthur, no ciclo arturiano, há a busca do Santo Graal, o suposto cálice utilizado por Jesus na última ceia e no qual José de Arimateia teria recolhido o sangue de Jesus durante a crucificação; e nas histórias de Carlos Magno e das figuras a ele ligadas, no ciclo carolíngio, há a questão da conversão dos muçulmanos ao cristianismo.

É essa tradição que Suassuna também retoma ao recriar o romanceiro popular nordestino em suas peças teatrais. No título de sua primeira peça, há uma referência religiosa: *Uma mulher vestida de sol*. A ideia de uma mulher vestida de sol se refere ao capítulo 12 do livro bíblico do Apocalipse. Há a citação da passagem bíblica no começo e no fim da peça, proclamada pela personagem Cícero; há a invocação de Maria de Nazaré, sob as denominações de Nossa Senhora, de Virgem Maria e de Mãe de Deus, para que rezasse pela alma do filho das personagens Joana e Inácio, durante o velório do mesmo; e, no desfecho da peça, aparece Maria de Nazaré como que envolvendo o corpo da personagem Rosa com seus braços. Além de outra referência bíblica no texto, no caso Caim e Abel.

Este capítulo, cujos protagonistas são a Mulher, o Dragão e a Criança divina, tem um fundo mitológico. Cenas com esses três personagens se encontram em muitas culturas. Aqui, porém, a linguagem mitológica é usada em função de uma mensagem absolutamente cristã, de modo que aqueles mitos aparecem apenas como profecias pagãs cujo cumprimento real se encontra em Cristo. (...) Efetivamente, o tema central do Livro da Revelação é o grande embate entre Deus e o Mal – embate que se encontra no Ap 12 [Apocalipse 12] seu ponto culminante. Esse capítulo põe em cena a luta decisiva do Dragão contra a Mulher e o Menino – luta em que está em jogo a posse e o império sobre o cosmos e seu destino. De fato, os sinais que trazem os personagens em confronto são de caráter régio: a Mulher celeste traz o diadema de 12 estrelas, o Dragão é portador de 7 coroas e 10 chifres, e o Recém-nascido divino está destinado a herdar o “cetro de ferro” a fim de “reger” as nações, sendo arrebatado para junto do “trono” do Supremo. (BOFF, 2006, p. 381, 382).

O enredo da peça trata da luta pela posse da terra, que leva a um ciclo de ódio e mortes. Kersch, em seu trabalho sobre a peça, apontou para a forma como esse clima passa para o texto: *“Na peça Uma mulher vestida de sol, a atmosfera trágica reina do início ao fim. No começo, percebemos que o Trágico ronda o espaço e os personagens, como num*

prelúdio de que algo muito ruim irá acontecer, um destino de “agouro” reserva-se para os personagens, que caminham em direção a ele” (KERSCH, 2012, p. 72).

Do ponto de vista religioso, não é a luta do Bem e do Mal em posições fixas, como no texto bíblico do Apocalipse, mas a encenação da crença cristã na imagem do deserto descrita anteriormente no trabalho de Leitão (2006): depois da provação se alcança a terra prometida. E, no caso, levada pela Virgem Maria para o Paraíso após a morte, pois ela é aquela que roga por todos na hora da morte [referência a *Ave-Maria*], se alinhando também à interpretação de que Maria de Nazaré é a mulher vestida de sol da referida passagem bíblica. Clodovis Boff, embora tenha escrito o trecho a seguir mais de forma teológica do que histórica, mostra as raízes desta interpretação, além de, por justamente escrever desta forma, evidenciar o modo como o Catolicismo reconhece a figura de Maria de Nazaré:

A compreensão de que a Mulher do Ap 12 se identifica também com a Virgem Maria não é, de modo nenhum, artificial e acomodatória, mas encontra apoio no próprio texto do livro em foco. Pois é impossível que o pintor da Mulher cósmica do Ap 12 [referência ao Apóstolo João] não tenha pensado na Mulher junto da cruz que ele mesmo outrora havia pintado (cf. Jo 19,25-27). E, mesmo supondo que o autor dos dois livros não fosse o mesmo, tal identificação não teria escapado ao “sujeito interpretante” de então, isto é, à comunidade primitiva. Esta contemplando a Mulher, símbolo da Igreja, não poderia por certo deixar de pensar na Mulher concreta, chamada Maria, a Mãe verdadeira do Senhor, além de mulher de fé (cf. Lc 1,43 e 45). E com razão, pois só Ela surgia como o melhor representante da comunidade crente. Ora, é também isso que faz a Igreja de hoje. Digamos, em suma, que a Mulher é, seguramente, em primeiro lugar, a Igreja. Maria vem em seguida, enquanto é contemplada a partir da própria Igreja. Portanto, aqui não se trata de uma disjuntiva entre um acréscimo mariológico postigo e pietístico à eclesiologia apocalíptica. Trata-se, mais precisamente, de uma “extensão mariológica” da imagem eclesiológica da “Mulher vestida de sol”, por meio de um processo de amplificação direta e literal, e não apenas indireta e reflexa. Ademais, a tradição posterior, expressa tanto pelos Padres e pela teologia monástica medieval quanto pela iconografia e pela liturgia, não hesitou em ver na figura da Mulher, além da Igreja, também a santa Virgem. Essa tradição lança raízes na mais alta Antiguidade, talvez mesmo já no século II. (BOFF, 2006, p. 389).

O *Auto da Compadecida*, segundo o Palhaço – narrador sob o qual o autor se fez representar, conforme o texto introdutório da peça, para combater o mundanismo, que então seria uma praga em sua igreja, no caso a Igreja Católica – é “*uma história altamente moral e um apelo à misericórdia*”, ao que João Grilo, a personagem central do enredo, completa que

“ele diz ‘à misericórdia’, porque sabe que, se fôssemos julgados pela justiça, toda a nação seria condenada” (SUASSUNA, 1990, p. 24).

Como obra mais conhecida, Suassuna apresentou uma análise da peça, escrita em Recife, em 2 de março de 1970, para o livro *Literatura popular em verso: Estudos*, em que comentou esse suposto objetivo da peça: “é o mesmo conflito entre a Justiça e a Misericórdia [que aparece no auto popular o *Castigo da Soberba*, que deu origem a cena]: os Diabos apelam para a justiça divina, e a alma, que se vê perdida, apela para a misericórdia, que aparece sob a forma da Virgem. Na peça, quando Nossa Senhora aparece, O Encourado diz: “Lá vem A Compadecida! Mulher em tudo se mete!” (SUASSUNA, 1986, p. 190).

Nesta observação de Suassuna, é possível identificar três diferentes designações para Maria de Nazaré: Virgem, Nossa Senhora e Compadecida. Como “Nossa Senhora” se entende uma submissão daquele(s) que está(ão) sob o seu senhorio e que este(s) reconhece(m) a autoridade dela como sua senhora. A virgindade seria uma característica, assim como a qualidade de se compadecer, de ter compaixão, de ter piedade ou, em outras palavras, ter misericórdia. Assim, tem sentido a visão de Maria como representação da misericórdia no *Auto da Compadecida*, a Mãe da misericórdia, conforme explanação do *Catecismo da Igreja Católica*:

Pedindo a Maria que reze por nós, reconhecemo-nos como pobres pecadores e nos dirigimos à “Mãe de misericórdia”, à Toda Santa. Entregamo-nos a ela “agora”, no hoje de nossas vidas. E nossa confiança aumenta para desde já entregar em suas mãos “a hora de nossa morte”. Que ela esteja então presente, como na morte na Cruz de seu Filho, e que na hora de nossa passagem ela nos acolha como nossa Mãe, para nos conduzir a seu Filho, Jesus, no Paraíso. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2000, § 2677).

O reconhecimento da misericórdia de Maria de Nazaré fez aparecer uma invocação própria para essa crença: Nossa Senhora da Misericórdia. Assim como quase a totalidade das devoções praticadas no Brasil, o início da invocação se deu em Portugal e chegou ao Brasil junto com os portugueses. O curioso é que essa devoção em particular veio acompanhada da prática da caridade com a fundação das casas de misericórdia.

Em meados do século XV vivia em Portugal um piedoso frade da ordem da Santíssima Trindade, muito devoto da Virgem Misericordiosa, o qual se exercitava na caridade cristã pedindo esmolas para os necessitados, acompanhando os padecentes de suplício e consolando os infelizes, pregando-lhes a paciência e a conformação com a vontade divina. O santo sacerdote, chamado Frei

Miguel de Contreiras, era confessor da rainha D. Leonor, viúva de D. João II, e, usando de sua influência conseguiu que a soberana fundasse em Lisboa a Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, instituição análoga a uma que existia em Florença desde 1350.

(...) Tão piedosa irmandade, em que se alistaram muitos nobres do reino, foi instituída em 1498 na capela de Nossa Senhora da Piedade, onde permaneceu até mudar-se para o suntuoso edifício terminado em 1543 por D. João III. O majestoso templo iniciado durante o reinado de D. Manuel foi completamente destruído pelo terremoto que assolou a capital lusitana em 1755.

Sob o modelo da Misericórdia de Lisboa foram fundadas outras nas possessões ultramarinas, especialmente no Brasil, onde a primeira Casa da Misericórdia foi instituída em Santos por Brás Cubas, que construiu ao lado do hospital uma igreja dedicada à Virgem da mesma invocação. Tomé de Sousa, ao chegar à Bahia, procurou logo fundar a Irmandade da Misericórdia e construir um hospital para seus homens, sujeitos a toda espécie de doenças por dormirem ao relento ou em casebres cobertos de folhas de palmeiras.

Em Olinda, o culto público à Virgem da Misericórdia não pode fugir à influência social dos colonizadores, que logo fundaram uma Santa Casa, a qual, segundo nos informa Pereira da Costa, já funcionava em 1540. (...) O Rio de Janeiro teve também a sua Casa de Misericórdia iniciada pelo venerável padre José de Anchieta [hoje São José de Anchieta] e sua primitiva capela foi construída de pau-a-pique. Mais tarde edificou-se um bonito templo, atualmente sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Sucesso. (MEGALE, 1986, p. 240, 241).

João Grilo, personagem central da peça *Auto da Compadecida*, além de incluir Maria no julgamento, quando apela para a misericórdia, a chama pelo nome, quando responde ao Encourado: “*E então? Você ainda pergunta? Maria vai-nos defender. Padre João, puxe aí uma Ave-Maria!*” (SUASSUNA, 1990, p. 173). Mas, nos momentos em que se dirige diretamente a ela, a chama de Nossa Senhora, como durante o seu próprio julgamento, após as outras personagens julgadas irem para o purgatório, ao responder para a *Compadecida* – “*Confio, Nossa Senhora, mas esse camarada [se referindo ao Encourado] termina enrolando nós dois*” (SUASSUNA, 1990, p. 184) – ou quando recebe outra oportunidade voltando à vida, ao se despedir de Manuel, personagem que representa Jesus, e da *Compadecida*, diz: “*Com Deus e com Nossa Senhora, que foi quem me valeu. (Ajoelhando-se diante de Nossa Senhora e beijando-lhe a mão.) Até à vista, grande advogada. Não me deixe de mão não, estou decidido a tomar jeito, mas a senhora sabe que a carne é fraca*” (SUASSUNA, 1990, p. 189). João Grilo termina por chamá-la de grande advogada.

“Esta maternidade de Maria na economia da graça perdura ininterruptamente, a partir do consentimento que ela fielmente prestou na anunciação, que sob a cruz resolutamente manteve, até a perpétua consumação de todos os eleitos. Assunta aos céus, não abandonou este

múnus salvífico, mas, por sua múltipla intercessão, continua a alcançar-nos os dons da salvação eterna. (...) Por isso, a bem-aventurada Virgem Maria é invocada na Igreja sob os títulos de advogada, auxiliadora, protetora, medianeira” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2000, § 969).²¹

Para expor a doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana, foi publicado, em 1997, o *Catecismo da Igreja Católica*, com redação definitiva após o primeiro texto de 1992, o qual acompanhava a Constituição Apostólica *Fidei depositum*. O documento é constituído de quatro partes – “A profissão da fé”, “A celebração do mistério cristão”, “A vida em Cristo” e “A oração cristã” – e organizado em parágrafos, totalizando dois mil, oitocentos e sessenta e cinco parágrafos.

Em diversos parágrafos há referências a Maria de Nazaré, que é denominada como Virgem Maria, além de outros títulos recebidos de acordo com os dogmas, “quando [o Magistério da Igreja²²], utilizando uma forma que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, propõe verdades contidas na Revelação divina ou verdades que com estas têm uma conexão necessária” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2000, § 88).

Foram estabelecidos quatro dogmas marianos, a saber: o dogma da Virgindade Perpétua de Maria, o dogma mariano mais antigo, sendo afirmado desde o Cristianismo Primitivo, descrito por diferentes doutores da Igreja Católica e confirmada pelo papa Paulo IV, em 7 de agosto de 1555, por meio da Constituição Eclesiástica *Cum quorundam*, durante o XIX Concílio Ecumênico, reunido em Trento, entre 1545 e 1563; o dogma da maternidade divina, sendo declarado por ele que Maria é a Mãe de Deus, decretado pelo III Concílio Ecumênico, reunido em Éfeso, em 431; o dogma da Imaculada Conceição²³, proclamado pelo papa Pio IX, em 8 de dezembro de 1854, por meio da bula papal *Ineffabilis Deus*; e o dogma da Assunção da Virgem Maria²⁴, proclamado pelo papa Pio XII, em 1º de novembro de 1950, por meio da Constituição Dogmática *Munificentissimus Deus*.

Boff fez um resgate histórico dos dogmas marianos e apontou que, no fim do século IV, Maria era especialmente cultuada por sua virgindade e que o apócrifo chamado “Proto-

²¹ Citação da seção 62 da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, de 21 de novembro de 1964, promulgada pelo papa Paulo VI, dentro do XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, conhecido como Vaticano II, realizado entre 1961 e 1965.

²² O Magistério da Igreja é a reunião dos bispos com o Papa, o bispo de Roma, que tem autoridade no universo católico para interpretar a chamada Palavra de Deus, definir dogmas e ensinar a fé católica.

²³ Por este dogma, se entende que a Virgem Maria nasceu sem mácula, ou seja, sem pecado, o que definiria que ela seria pura e santa desde o seu nascimento.

²⁴ O dogma afirma que Maria foi levada para o Céu de corpo e alma, que seu corpo, então santo desde o nascimento, e por ter gerado Jesus Cristo, não sofreu a corrupção da morte.

Evangelho de Tiago”, de fins do século II, contava sobre o nascimento de Maria e enfatizava a sua virgindade, inclusive no momento do parto.

A partir dos anos 1000, a “Ave-Maria”, que fazia tanta fortuna na história, começa a ser recitada, em sua primeira parte, como oração privada pelos monges e pelo povo (antes, no fim do século VII, tinha entrado apenas como antífona na liturgia ocidental). Com a difusão da recitação popular da “Ave-Maria”, surgiu o Rosário, não sem longa evolução, que deve muito aos cartuxos e aos dominicanos, especialmente a Alano da Rocha (†1478). Este o chamou belamente de “Saltério da Virgem”, enquanto Jacob Sprenger, um confrade e contemporâneo seu, preferiu o nome de “Rosário”, que se popularizou e ficou até os dias de hoje. (...) Na Idade Média, a figura de Maria sofre certo descentramento: de Mãe de Deus passa a ser considerada preferencialmente como Mãe de Jesus e “Nossa Senhora”, designação essa que, desde então, se popularizou, chegando até nós. Acentuam-se os “privilégios” de Maria e recolhem-se seus milagres em coleções apropriadas. Ela é vista como a grande intercessora e mediadora, que vem em socorro do povo para livrá-lo dos perigos e, mais ainda, para alcançar a salvação, que era a grande preocupação dos cristãos medievais. (BOFF, 2006, p. 562, 563).

O autor completou apontando que o ápice da devoção mariana se deu no século XII, sob a influência de Bernardo de Claraval²⁵, com a construção de célebres catedrais dedicadas à Virgem Maria. O historiador Jacques Le Goff (2007) apontou o surgimento dos santuários marianos de Nossa Senhora de Bolonha e Nossa Senhora de Liesse na França, de Nossa Senhora de Montserrat na Espanha, de Nossa Senhora de Hal na Bélgica e de Nossa Senhora de Walsingham na Inglaterra, criando centros de peregrinação a partir do século XI.

O sucesso máximo, no século XII, da peregrinação de Rocamadour, na diocese de Cahors, é um bom exemplo do crescimento das peregrinações marianas. Num lugar impressionante, no cume de uma falésia rochosa que dominava de 120 metros o fundo de um vale estreito onde se chegava, no século XIII, por uma escada de 197 degraus, que os peregrinos subiam de joelhos recitando o rosário, essa peregrinação deve seu sucesso ao rei da Inglaterra Henrique II Plantageneta, que esteve aí duas vezes em 1159 e 1170 e ao compêndio dos milagres da Virgem redigido em 1172. Foi uma peregrinação real freqüentada particularmente pelos reis da França. Luís IX (São Luís) foi aí com sua mãe Branca de Castela, seus irmãos Afonso de Poitiers, Roberto d’Artois e Carlos de Anjou em 1244,

²⁵ Bernardo de Claraval (1090-1153), conhecido como São Bernardo, foi um abade francês, responsável por reformar a Ordem de Cister, dos cistercienses, sendo canonizado em 18 de janeiro de 1174 e proclamado Doutor da Igreja, em 1830, pelo papa Pio VIII. É conhecido como o “cantor da Virgem Maria” e como um dos primeiros a chamar Maria de Nazaré de “Nossa Senhora”. É atribuída a ele a elaboração das palavras finais do hino mariano “Salve Rainha”, que é a oração final do Rosário: “Ó clemente, ó piedosa, ó doce e sempre Virgem Maria”.

Filipe IV o Belo em 1303, Carlos IV o Belo e a Rainha Maria de Luxemburgo em 1323, Filipe VI em 1336 e Luís XI em 1443 e 1464. Mas atraiu também a piedade dos reis de Castela, em particular de Afonso VIII, pai de Branca de Castela, e de sua esposa Alienor da Inglaterra, filha do rei da Inglaterra Henrique II Plantageneta, que fizeram doação em 1181 à Bem-aventurada Maria de Rocamadour de duas aldeias perto de Burgos. Mas desde o século XII afluíam a Rocamadour peregrinos vindos da Europa inteira, até dos países bálticos. (LE GOFF, 2007, p. 100).

É interessante a observação sobre a transformação da visão da Virgem Maria como Mãe de Deus no início do Cristianismo, sobretudo após a declaração feita no Concílio de Éfeso, no século V, para Nossa Senhora, na Idade Média, chegando até os dias atuais. Ainda sobre esse recorte histórico da devoção mariana, Clodovis Boff, reconhecido por seus estudos de Mariologia, mostrou como ela se deu na Modernidade e na Contemporaneidade:

Na Era do Barroco (1600-1700) dá-se tal “ampliação” do culto a Maria que surgem formas aberrantes de exaltação, por exemplo, a de considerar Maria como “deusa” ou como a “quarta pessoa da Santíssima Trindade”. (...) A Idade Contemporânea (séculos XIX e XX) representa possivelmente, depois do século de São Bernardo²⁶, o segundo vértice da devoção popular mariana, especialmente pelo advento das grandes aparições, que fizeram levantar grandes e numerosos santuários e provocaram imensas mobilizações de massa. (BOFF, 2006, p. 564, 565).

Segundo o levantamento histórico apresentado, essa visão presente no Catolicismo, acerca da Virgem Maria – a Virgem, a Mãe de Deus, Nossa Senhora, Advogada, Auxiliadora, Protetora, Medianeira, a Compadecida –, teve início no Cristianismo Primitivo e se fortaleceu na Idade Média, adquirindo algumas destas denominações no período. O culto a Maria chegou ao Brasil com os colonos portugueses e com os missionários de diferentes ordens religiosas, se incorporando à cultura popular e se reproduzindo na cultura por diferentes manifestações, até chegar às páginas dos folhetos nordestinos; mas não só para as páginas dos folhetos, razão pela qual, como já foi apontado, Suassuna utiliza a expressão Romanceiro Popular Nordeste e não apenas literatura de cordel.

Assim, sendo essas as minhas preocupações [a importância do Romanceiro como fonte para a Literatura e a necessidade de uma sistematização de estudos sobre o Romanceiro], não admira que *Uma Mulher Vestida de Sol* e o *Auto de João da Cruz* fossem dois marcos no caminho de identificação entre meu trabalho de escritor e o

²⁶ Referência ao século XII e a influência de Bernardo de Claraval nas devoções marianas.

Romanceiro. De fato, porém, se de ambas essas tentativas resultaram peças que não rengo, foi somente em 1955, com o *Auto da Compadecida*, que realizei pela primeira vez uma experiência satisfatória de transpor para o Teatro os mitos, o espírito e os personagens dos folhetos e romances, aos quais se devem sempre associar seus irmãos gêmeos, os espetáculos teatrais nordestinos, principalmente o Bumba-meu-boi e o Mamulengo. (...) A interpenetração, a influência mútua existente entre a Literatura de cordel e o Mamulengo ou o Bumba-meu-boi, por exemplo, são de tal modo evidentes, que um exame superficial é bastante para demonstrá-las. (SUASSUNA, 1986, p. 183).

Suassuna destacou a importância do mamulengo – teatro de fantoches típico da região Nordeste – na cultura popular nordestina. Waldemar Valente²⁷ fez um estudo das manifestações populares no Estado de Pernambuco, compondo a coleção elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura, pela Fundação Nacional de Arte e pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, no qual apontou a origem religiosa desse tipo de teatro, já que esse tipo de apresentação pública acontecia no Natal, na Festa do Divino Espírito Santo²⁸ e na Semana Santa, quando se representava o nascimento de Jesus Cristo.

O auto natalino, que deu origem ao Pastoril, começou como drama religioso, hierático, representando o nascimento de Jesus Cristo, com bailados e cantos especiais, em significativa e dinâmica evocação. Antes da dramatização, era a Lapinha, depois chamada de Presépio, com a gruta coberta de palha, a manjedoura, agasalhando o Menino-Deus. São José e Nossa Senhora ajoelhados, figuras de bichos, principalmente ovelhas, pastando, e também de gente. As figuras dos três Reis Magos, guiados pela estrela, vindo homenagear o Menino-Deus, trazendo-lhe presentes. Lapinha e presépio são, por vezes, identificados como representação dinâmica do episódio da Natividade. (...) A rigor, a Lapinha representa a cena estática da Natividade. Pastoril e presépio, a forma dramática, teatral, dinâmica. Pastoril e Presépio foram os dois ramos em que, dramaticamente, desdobrou-se a representação da Natividade. O Pastoril sendo a encarnação profana. O Presépio, a apresentação religiosa. Para Hermilo Borba Filho, o Pastoril, como o Bumba-meu-boi, o Fandango, o mamulengo constituem os quatro principais espetáculos populares do Nordeste, embora outros os considerem como *folgedos populares* e *danças dramáticas*. (VALENTE, 1979, p. 25).

²⁷ Para mais obras do autor sobre a cultura popular no Nordeste, ver: *Sincretismo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955; *Misticismo e região: Aspectos do sebastianismo nordestino*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; Ministério da Educação e Cultura, 1963; *Pastoris do Recife antigo e outros ensaios*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1995.

²⁸ Celebração religiosa, de origem portuguesa, iniciada na Idade Média, presente no catolicismo popular, que acontece cinquenta dias após a Páscoa, comemorando o Pentecostes, sendo um culto ao Espírito Santo.

Dessa forma, tanto os folhetos impressos quanto o teatro de mamulengo, fortes manifestações da cultura nordestina, expressaram a religiosidade popular, já manifestada pelos Cantadores, no caso dos folhetos, e no auto, composição teatral surgida na Idade Média, no caso do mamulengo, embora os temas, nos dois casos, tenham se diversificado, como já se apontou os diversos ciclos temáticos, além do ciclo religioso, nos folhetos nordestinos.

Quando na peça *Auto da Compadecida*, Suassuna consegue de forma satisfatória, para ele, e definitiva, no interior da sua obra, o projeto de recriar os folhetos no teatro é concluído, transpondo para a cena os temas e as personagens dos folhetos, que trazem em seus versos, sobretudo, os temas e as personagens da Idade Média europeia, como Carlos Magno e seus Doze Pares, o Rei Artur e seus cavaleiros, Pedro Malasartes e o tipo de personagem que ele representa. A peça teve grande repercussão e aceitação na Europa por ter retratado esse “espírito popular”, sobretudo aquilo que as pessoas tem de mais profundo: a fé, expressa, no caso, na religião católica e nas devoções marianas.

Conclusão

Como foi possível verificar no primeiro capítulo, o culto à Maria foi muito forte em Portugal, desde o início de sua história. O Reino de Portugal teve início com o seu rei, D. Afonso Henriques, o declarando como Terra de Santa Maria. Mais tarde, os decretos reais oficializaram o culto à Maria, tornando as devoções à Nossa Senhora da Conceição e à Nossa Senhora da Glória obrigatórias, inclusive nas colônias portuguesas, como foi o Brasil.

Em 1385, D. João I, rei de Portugal, após uma crise sucessória que levou o reino à guerra, tornou obrigatório o culto a Nossa Senhora da Glória, com todas as catedrais sendo dedicadas a esse título mariano, em função do entendimento de que Maria levou Portugal à vitória contra o Reino de Castela. Em 1646, o Reino de Portugal foi consagrado a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, a quem passaria a pertencer a coroa real, pela ação do rei D. João IV, após a restauração do reino português, com o fim da União Ibérica.

É claro que esse fenômeno religioso não ocorreu somente em Portugal. Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela eram centros de peregrinação que mobilizavam todos os cristãos, inclusive os reis, e provocavam uma intensa circulação pela Europa, já no período medieval. Sobretudo no século XII, com a influência de Bernardo de Claraval, depois canonizado pela Igreja Católica como São Bernardo, várias catedrais dedicadas à Maria foram construídas pela Europa, surgindo, também, novos pontos de peregrinação, agora dedicados a alguma invocação de Maria, que passou a ser chamada de Nossa Senhora.

Parte por imposição política dos reis, parte por devoção espontânea do povo, as devoções marianas, sobretudo nas invocações a Nossa Senhora da Conceição e a Nossa Senhora da Glória, chegaram ao Brasil, trazidas pelos navegadores que aqui passaram, pelos colonos que aqui se estabeleceram e pelas ordens religiosas aqui vieram realizar o trabalho de catequese. Segundo o estudo de João Fagundes Hauck, *Visão histórica da devoção mariana no Brasil*, disponível na obra organizada por Cleto Caliman, os primeiros missionários das ordens religiosas trouxeram, além da devoção a Nossa Senhora da Conceição, as devoções a Nossa Senhora da Ajuda, a Nossa Senhora da Fé, a Nossa Senhora da Natividade, a Nossa Senhora da Candelária, a Nossa Senhora dos Anjos, a Nossa Senhora das Neves, a Nossa Senhora da Consolação, a Nossa Senhora da Correia e a Nossa Senhora do Bom Despacho.

Igrejas foram construídas e dedicadas a essas invocações marianas, além de outras invocações que foram trazidas durante a colonização do Brasil, inclusive da Espanha no período da União Ibérica, já comentada no primeiro capítulo. Festas eram realizadas em homenagem à padroeira dessas igrejas e, depois, das cidades dedicadas à Maria. Cidade Real

de Nossa Senhora das Neves foi o primeiro nome dado a atual cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, onde nasceu Ariano Suassuna.

A história da mudança do nome da localidade, que em 1927, quando Suassuna nasceu, já se chamava Cidade da Paraíba, embora Nossa Senhora das Neves tenha continuado como a sua padroeira, está diretamente ligado à história da família de Suassuna e à história pessoal do autor, marcada pela morte trágica do pai e pelo início da vida no sertão nordestino, como foi apontado no segundo capítulo.

Desta forma, o primeiro capítulo confirmou as raízes ibéricas da devoção mariana no Brasil, respondendo a questão proposta sobre a forma como essa religiosidade teve início no país. O segundo capítulo evidenciou a relação entre a obra de Ariano Suassuna, motivada pelas experiências que teve na infância, em razão dos fatos apontados acima e aprofundados no referido capítulo, e a tradição religiosa presente no catolicismo popular do sertão nordestino, por meio da recriação do Romanceiro Popular Nordeste na dramaturgia.

Enquanto, o terceiro capítulo evidenciou, justamente, a formação desse Romanceiro Popular Nordeste, fonte de inspiração da dramaturgia de Ariano Suassuna, com temas vindos da cultura europeia e de tradições orientais originárias dos árabes e do Norte da África, cultura presente e disseminada na Península Ibérica após a longa presença muçulmana na região.

A temática tradicional dos folhetos nordestinos recriou as canções de gesta medieval com novos personagens – Roland se tornou Roldão e Olivier passou a se chamar Oliveiros –, registrando por escrito histórias que já eram narradas por antigos Cantadores. Histórias que se misturaram e ainda se misturam ao imaginário popular nordestino, que aguardava e ainda aguarda uma intervenção divina para ajudar a enfrentar as suas “batalhas”, assim como os cavaleiros medievais, principalmente do ciclo carolíngio, pediam a ajuda de Maria antes do combate.

Embora a “batalha” do nordestino seja mais geográfica do que qualquer outra coisa: a dureza da vida no sertão, no deserto. Como os criadores do Movimento Armorial, iniciado em 1974, por Ariano Suassuna, e os interpretes da iniciativa cultural perceberam, vale lembrar o trabalho de Cláudia Leitão, o sertão seria esse lugar de luta entre o Bem e o Mal, lugar místico do misterioso e do maravilhoso, como foi o tempo e o espaço vivido pelos europeus na Idade Média, com uma mentalidade extremamente simbólica, sob a influência dos ideais e das figuras do Cristianismo.

Foi assim que também se formou um ciclo religioso na literatura de cordel, que nasceu sob o signo da religião, como toda a cultura ocidental, mas não foi a única, o que

também ocorreu com seu irmão gêmeo, conforme interpretação de Ariano Suassuna, o antigo teatro de fantoches, seja o mamulengo, seja o Bumba-meu-boi, originários dos autos natalinos. No ciclo religioso da literatura de cordel há destaque para a figura da Virgem Maria, personagem principal de Ariano Suassuna, já denominada como *Compadecida*, confirmando seus muitos títulos, invocações e nomes, o que também foi discutido, do ponto de vista católico, no terceiro capítulo.

Assim, a peça *Auto da Compadecida* representou uma fusão de todos esses elementos temporais, geográficos, sociais, culturais, religiosos e devocionais. Para se atingir o objetivo de chegar à origem dessa religiosidade popular no Nordeste brasileiro foi preciso realizar um estudo marcadamente historiográfico e analisar as representações da Igreja Católica para a figura de Maria de Nazaré.

A hipótese de que as representações de Maria no catolicismo popular, com destaque para a designação de Nossa Senhora, foram formuladas na Idade Média e chegaram ao Brasil com o projeto colonizador dos países da Península Ibérica, sendo absorvidas pela cultura popular, quando foi verificada a existência de folhetos voltados às temáticas marianas, formando um ciclo religioso na literatura de cordel, os quais foram recriados pela dramaturgia de Ariano Suassuna e recontados na Europa com a peça *Auto da Compadecida*, foi confirmada pela exposição presente nos três capítulos.

A contribuição para as Ciências da Religião foi apontar a origem das devoções marianas no Brasil, as quais estão presentes no catolicismo popular, sobretudo na região Nordeste. Caberia, ainda, aprofundar em outro trabalho a questão da oralidade, presente na religiosidade popular e na cultura popular como um todo, a mística popular, presente nos folhetos nordestinos, e, nesse sentido, analisar diretamente os folhetos do ciclo religioso e, mais precisamente, os folhetos que falam de Maria e não apenas dialogar com o interlocutor desta cultura, como foi Ariano Suassuna.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Manuel Quitério de. *O culto a Maria no Brasil: História e Teologia*. Aparecida, SP: Editora Santuário; Academia Marial, 2001.

BOFF, Clodovis. *Mariologia social: O significado da Virgem para a sociedade*. São Paulo: Paulus, 2006.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 2000.

CALIMAN, Cleto (org.). *Teologia e devoção mariana no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1989.

CURRAN, Mark J. *A literatura de cordel*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1973.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel et al. *Literatura popular em verso: Estudos*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro; São Paulo: Itatiaia; Fundação Casa de Rio Barbosa; Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico: Espaço mundial*. São Paulo: Moderna, 1998.

KERSCH, Teresinha de Oliveira Ledo. *Os tons do trágico em Ariano Suassuna: Uma leitura de Uma mulher vestida de sol*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. 2. ed. Volume II. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LEITÃO, Claudia Sousa. *Por uma ética da estética: Uma reflexão acerca da "Ética Armorial" nordestina*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceara; Fundação Demócrito Rocha; Reata Engenharia, 1997.

LUYTEN, Joseph Maria. *O que é literatura de cordel*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MEGALE, Nilza Botelho. *Cento e doze invocações da Virgem Maria no Brasil: História-íconografia-folclore*. Petrópolis: Vozes, 1986.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. *O cabreiro tresmalhado: Ariano Suassuna e a universalidade da cultura*. São Paulo: Palas Athena, 2002.

PIMENTEL, Claudio Santana. *Humanização do divino, divinização do humano: Representações do imaginário religioso no teatro de Ariano Suassuna*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

SANTOS, Arnaldo Alexandre dos. *O culto de Maria Imaculada na Tradição e na história de Portugal: Um precioso legado que o Brasil fez fortificar*. Portugal; Brasil: Civilização; Art Press, 1996.

SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos. *Memória das vozes: Cantoria, romanceiro & cordel*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2006.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da compadecida*. 25. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

SUASSUNA, Ariano. *Seleta em prosa e verso*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2007.

VALENTE, Waldemar. *Folclore brasileiro: Pernambuco*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; FUNARTE; Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1979.

ANEXOS

Anexo B – Classificações propostas para a literatura de cordel

I. Classificação Orígenes Lessa (1955, p. 60-87)	
I. Temas permanentes	15. Diabo
1. Desafio real ou imaginário	16. Romances de amor e aventura
2. Histórias tradicionais	
3. Cangaço	II. Tipos passageiros
4. A. Silvino, Lampião, M. Bonita	1. Histórias da época
5. Seca e retirantes	2. Crimes, desastres, fatos policiais
6. Vaqueiros	3. Revoluções
7. Místicos	4. Campanhas eleitorais
8. Histórias bíblicas	5. Fatos policiais
9. Profecias	6. Luta ideológica
10. Milagres	7. Miséria do povo
11. Festas religiosas	8. Eleições
12. Santos do sertão	9. Getúlio e sua morte
13. Padre Cícero	10. Críticas e costumes
14. Sobrenatural	11. Sátira política e social
II. Classificação Ariano Suassuna (1974, p. 168)	
1. Ciclo Heróico	
2. Ciclo Maravilhoso	
3. Ciclo Religioso	
4. Ciclo Cômico, satírico, picaresco	
5. Ciclo histórico e circunstancial	
6. Ciclo de amor e de fidelidade	
III. Classificação Roberto Benjamin (1970, p. 609)	
1. Folhetos de informação (notícias e acontecidos)	
2. Romances (contos tradicionais)	
3. Folhetos de opinião (crítica social)	
4. Casos e exemplos	

IV. Classificação Cavalcanti Proença (Literatura popular em verso, 1974, p. 394)

1. Herói humano	4. moralisante
1. herói solitário	8. Pelejas
2. dupla ou casal heroico	9. Ciclos
3. reportagem (crimes, desastres)	1. Carlos Magno
4. político	2. Antônio Silvino
2. Herói animal	3. Padre Cícero
3. Herói sobrenatural	4. Getúlio Vargas
4. Herói metamorfoseado	5. Lampião
5. Natureza	6. Bravatas
1. região	7. Anti-heróis
2. fenômenos	8. Boi e cavalo
6. Religião	10. Diversos
7. Ética	1. lírico
1. sátira social, humanismo	2. guerra
2. sátira econômica	3. crônica-descrição
3. exaltação	

V. Classificação Manuel Diégues Júnior (1973a)

1. Temas tradicionais	c) cidade e vida urbana
a) novelas e romances	d) crítica e sátira
b) contos maravilhosos	e) elemento humano
c) histórias de animais	– 1. Getúlio Vargas
d) anti-herói: peripécias e diabruras	– 2. Fanatismo e misticismo
e) tradição religiosa	– 3. Cangaceiros
2. Fatos acontecidos e circunstanciais	– 4. Tipos étnicos e regionais
a) manifestação de ordem física	3. Cantorias e pelejas
b) fatos de ordem social	

VI. Classificação de Carlos Alberto Azevedo (1973-74)

1. Utopia	6. Exemplos e maldições
2. Marido enganado	7. Heróico e fantástico

- | | |
|-------------------------|-------------------------------|
| 3. Demônio enganado | 8. Histórico e circunstancial |
| 4. Animais que falam | 9. Amor e Bravura |
| 5. Eróticos ou obscenos | 10. Cômico e Satírico |
-

VII. Classificação de Raymundo Cantel (1993)

- | | |
|--------------------------------|--|
| 1. Heróico | a) Santíssima Trindade |
| a) santos | b) Virgem Maria |
| b) cangaceiros | c) Santos |
| c) bravatas | d) Soldados de Deus |
| d) animais | (Pe. Cícero, F. Damião, etc.) |
| 2. Satírico e Cômico | 4. Informação |
| (homens e animais anti-heróis) | (atualidade dramática, mortes, crimes) |
| 3. Religiões | |
-

Fonte: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos. *Memória das vozes: Cantoria, romanceliro & cordel*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2006, p.. 133-136.